



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

ACTA NÚMERO QUATRO

ACTA DA 2.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE MARÇO DE DOIS MIL E SETE. ---

----- Aos vinte e oito dias do mês de Março do ano de dois mil e sete, pelas vinte e uma horas e cinquenta minutos, no Salão D. Manuel I, no edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal da Maia, na sua 2.ª Sessão Extraordinária, convocada pelo seu Presidente, Luciano da Silva Gomes, em edital datado de 12 de Março de 2007 e com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

--- DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO DA MAIA. ---

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA iniciou os trabalhos com uma saudação a todos os presentes. Antes do início dos trabalhos, deu conhecimento da realização, no próximo dia 20 de Abril, de uma Sessão de Esclarecimento sobre o Quadro de Referência Estratégica Nacional – QREN, com a presença de Emídio Gomes, Professor Catedrático e Administrador Executivo da Junta Metropolitana do Porto. Deu, ainda, a conhecer que a Assembleia Municipal iria evocar o dia 25 de Abril de 1974, com uma cerimónia simples, mas cheia de significado e que constava do içar das Bandeiras Nacional e do Município, seguido de uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal. Apelou à mobilização de todos os Senhores Deputados. Deu a conhecer o formato para esta Sessão Extraordinária e que era de ser iniciada com uma apresentação pela Câmara Municipal de documentação sobre o ponto em análise, seguida de pedidos de esclarecimentos e finalizada com as intervenções dos Senhores Deputados. Verificadas as presenças constataram-se as ausências dos Senhores Deputados Abílio Rodrigues de Sousa, Andreia Sofia Pereira Andrade, José Torres de Sousa Dias, Rui Manuel Carvalho Dias e ao abrigo da alínea c) do ponto 1, do artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os Presidentes das Juntas de Freguesia da Maia e de Milheirós, Senhores Carlos dos Santos Teixeira e Mário José Gomes

Gouveia, fizeram-se representar pelos seus Secretários, Mário Augusto da Costa Ramos e Susana Filipa Jorge Pinheiro, respectivamente. Os documentos comprovativos atrás referidos fazem parte integrante da acta como **documentos 1 e 2**. -----

----- **DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO DA MAIA** -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA de acordo com o formato definido para a presente sessão, deu a palavra ao Vereador da Câmara Municipal presente na sessão.-----

O VEREADOR DO PELOURO DA ACÇÃO SOCIAL, Manuel Marques Nogueira dos Santos, em representação do Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a Europa tinha evoluído e com esta o aumento dos problemas sociais e que tinha concluído que a única forma de os resolver era em parceria. Portugal e o concelho da Maia deveriam adoptar a mesma medida. Para isso, foram contactados os diversos agentes e parceiros com intervenção nesta área, da qual resultou a criação da Rede Social do Concelho da Maia; só desta forma, seria possível detectar, identificar, enfrentar e resolver problemas sociais do nosso Concelho. Reiterou a necessidade do trabalho conjunto, coordenado e em equipa, uma vez que um só parceiro nada conseguiria, mas em rede e com a intervenção de todos os parceiros. Para melhor dar a conhecer o Diagnóstico Social do Concelho da Maia comentou e apresentou – por projecção multimédia – os documentos que fazem parte integrante da acta como **documento 3**. Depois da sua apresentação, referiu um caso prático justificativo da importância e necessidade de um trabalho em rede e bem articulado. Citou um caso de um cidadão que tendo sido recuperado pela acção de diversos agentes, foi possível atingir o último patamar da sua reintegração – obtenção de um emprego. O tipo de actividade que iria realizar era de atendimento a um balcão, que implicava uma boa apresentação. O cidadão em causa carecia desta qualidade, porque tinha problemas de saúde oral e necessitava de fazer um tratamento odontológico, que não conseguiu por falta de ajuda de um dos parceiros - a Segurança Social – e com isso não conseguiu o ambicionado emprego. A finalizar, voltou a reiterar a



necessidade do trabalho em parceria como a única forma de se conseguir resolver os problemas sociais. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA abriu as inscrições para pedidos de esclarecimentos. —

----- Nenhum senhor deputado se inscreveu para pedir esclarecimentos. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA abriu as inscrições para intervenções. -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES esclareceu que o Partido Socialista vinha para o presente debate na disposição de o realizar de forma serena, esclarecedora e num espírito construtivo. Considerou que se deviam evitar os pedidos de esclarecimento, consecutivos e longos, que apenas poderiam prolongar os trabalhos; algumas interpelações jocosas sem qualquer sentido e, ainda, referências desnecessárias às circunstâncias laborais dos intervenientes, apesar de, no seu caso pessoal, estar disponível para dar todos os esclarecimentos que lhe foram colocados. Considerou as questões sociais, a participação social e o desenvolvimento social, como a chave de uma acção política que deveriam merecer toda a atenção. Uma política social séria era promovida nos países e em zonas mais e menos desenvolvidos. Constatava, pela sua experiência, que eram as zonas, os países e os concelhos mais ricos, que, com toda a clareza e transparência, sublinhavam os problemas sociais existentes. Lamentou que na Maia, face à exposição apresentada, nada disso havia acontecido pois a atractividade era um factor secundário. O importante era saber qual era a política social de um país, de uma região ou de um concelho, independentemente da sua maior ou menor atractividade. Os países mais ricos eram os que mais investiam na área social. Por esta razão, considerou a atractividade como uma questão desviante da atenção que deve ser dada à questão social. Esperava que a Câmara viesse referir os problemas e as políticas e não repetir o documento Diagnóstico Social, ao qual tinham sido retiradas algumas partes, sobretudo as dos problemas, uma vez que o Senhor Vereador responsável pela Área Social, viesse a esta sessão

para concluir que na Maia não havia problemas sociais. De seguida, leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 4**. -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA pediu a palavra para apresentar um protesto. Disse que se o Partido Socialista afirmara, pela voz do seu líder, que desejava que a presente Sessão decorresse com serenidade. O PS deveria dar o exemplo e não, de forma dúbia e com algum subterfúgio, apresentar uma qualquer proposta de recomendação, – da qual tinha uma cópia. Para que a Sessão continuasse com a serenidade apregoada pelo PS considerou necessário que este assunto fosse apresentado com clareza. Esta era a razão do seu protesto. -----

MÁRIO MOREIRA DUARTE acusou o Senhor Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes de não ter feito o trabalho de casa, pois, a sua intervenção tinha sido “uma mão cheia de nada”. De seguida, leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 5**. -----

JOAQUIM MANUEL MARQUES GONÇALVES louvou a intervenção do Senhor Vereador do Pelouro da Acção Social e o trabalho desenvolvido pela sua equipa. De seguida, leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 6**. -----

MARIA LUÍSA DIAS BARRETO leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 7**. -----

LUÍS MIGUEL MACHADO DIAS leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 8**. -----

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA sobre o Diagnóstico Social, constante da documentação e apresentado de uma forma diferente pelo Senhor Vereador do Pelouro da Acção Social, disse que considerava os problemas do concelho da Maia os problemas do nosso país. Referiu os problemas nas áreas da Educação, da Saúde e do Emprego da Maia como o reflexo da realidade de Portugal. Todos se deveriam preocupar com a realidade social do nosso Concelho, pois as conclusões do Diagnóstico Social a tal obrigavam, para que os valores nele

referidos fossem melhorados para bem dos nossos concidadãos. Apelou a todos para juntarem sinergias para melhorarem os valores mais baixos apresentados, no sentido de se conseguir uma sociedade melhor, não só a nível local como também a nível nacional. Realçou o elevado nível de desemprego, apesar de inferior ao do país, como uma das primeiras preocupações de todos a ser combatido. O Executivo Municipal não poderia ser responsabilizado por uma questão que era da responsabilidade do Poder Central, mas todos deveriam empenhar-se no sentido de conseguirem soluções para reduzir os níveis elevados do desemprego que atormentavam tantas famílias portuguesas. Considerou necessária uma participação activa da Assembleia Municipal na Rede Social, nas diversas áreas, no sentido de, em conjunto, minimizar os nossos problemas sociais. Com esta acção, a Assembleia Municipal sairia mais dignificada e enriquecida na sua acção. O emprego precário deveria ser outra preocupação de todos, uma vez que a maioria dos desempregados, e os que procuravam o primeiro emprego, encontravam nas empresas de recursos humanos de trabalhos temporários a única saída para a sua situação laboral. Estas empresas além da precariedade do próprio emprego, ofereciam salários muito baixos. A perda do poder de compra dos Maiatos, era uma consequência de uma realidade social que só no pleno emprego poderia encontrar a forma de ser alterada. As insuficiências na área de Educação, referidas no documento, nomeadamente ao nível de equipamentos escolares, por ser uma competência da Câmara, esta que deveria fazer um pouco mais para as reduzir, apesar dos apoios dados na oferta de livros escolares e refeições aos alunos. Uma outra realidade preocupante era o abandono escolar precoce. Tornava-se necessário enfrentar este problema que deveria ser combatido com políticas contundentes, pois, do seu resultado dependeria o desenvolvimento do nosso país. Estava de acordo que só em rede se poderiam obter bons resultados e que estava de acordo com a maioria das soluções referidas no Plano de Acção. Manifestou a sua preocupação à Família e aos Idosos, da responsabilidade das instituições de solidariedade social; deveria obrigar a um maior apoio

público de toda a sociedade civil a uma mudança de estratégia e por parte da Câmara Municipal à construção de equipamentos àqueles que se encontram entregues a si próprios. Dos mesmos males padecia o apoio à Infância, pelo que se tornava necessário aumentar o número de infantários públicos e que cobrissem toda a área geográfica do Concelho. A Habitação, Transportes e Ambiente, eram merecedores de uma maior atenção, sobretudo a conclusão do PER, o alojamento de famílias carenciadas nas casas vazias existentes e um novo levantamento das carências habitacionais, tornava-se necessário para minorar as carências habitacionais de muitos maiatos, ao qual o Comissão Parlamentar Municipal criada poderia dar o seu contributo. O Plano de Acção proposto tinha muitas soluções com as quais estava de acordo, mas que a Câmara e toda a Rede deveriam alinhar por uma solução exequível. Face à ausência nos diversos orçamentos municipais de políticas sociais integradas, propôs que o Plano de Acção apresentado, fosse contemplado nos próximos Planos e Orçamentos da Câmara Municipal. Desta maneira, poderia minorar os problemas sociais num Concelho, onde lamentavelmente a pobreza e a miséria teimavam em persistir. -----

RUI MANUEL MADUREIRA MONTEIRO leu o texto que faz parte integrante da acta como documento 9. -----

ALOÍSIO FERNANDO MAIA NOGUEIRA disse que diagnosticar era identificar e conhecer a realidade dos problemas. A Câmara Municipal tinha feito o que lhe competia - a sua contextualização que andava muito arredada da presente discussão. Acusou o Partido Socialista de aparecer na discussão do Diagnóstico Social "vestido de branco", como se no passado não tivesse feito intervenções demagógicas, na ânsia de conseguir alguns ganhos políticos e convencidos de que os Maiatos andavam a dormir. O Partido Socialista criticava o Executivo de falta de estratégia, o que poderia significar a nulidade do Plano de Desenvolvimento Social, que deveria ser "deitado ao lixo". Já eram bem conhecidas as soluções apresentadas pelo PS, e que passavam com injeção de mais dinheiro no orçamento

municipal para alimentar a “subsídio-dependência” da era moderna. Era o velho problema da árvore e da floresta. A Coligação estava preocupada com cada uma das árvores que constituíam a sua floresta, mas também tinha muito orgulho no seu viço. Acusou o PS de uma forma subliminar de, ao acusar os autarcas de falta de estratégia, justificar o falhanço na atribuição de verbas no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional – QREN. Todos os analistas independentes na matéria tinham uma opinião unânime quanto à ineficiência do QREN; o primeiro tinha sido a sua apresentação tardia, distorcendo o calendário de forma a poder coincidir com o próximo período eleitoral; a segunda era a centralização na decisão da atribuição e distribuição dos dinheiros da União Europeia e a terceira era uma errada escolha de prioridades. Estas três realidades iriam culminar num ineficiente resultado e o PS, prevendo-o, já estava a acusar, de forma subliminar, os autarcas de falta de estratégia e de serem os culpados e os suspeitos do costume. A culpa era do Governo e não dos autarcas. Aconselhou a todos a lerem o boletim trimestral “Norte Conjuntura”, uma publicação da responsabilidade da CCDRN, presidida pelo socialista Carlos Lage, que na sua última edição publicava os já conhecidos valores da depressão da Região Norte, e pedia ao Governo a tomada de medidas para inverter esta situação, nomeadamente o desemprego que estava próxima dos dois dígitos ao atingir 9,7%, a maior taxa de desemprego do país. O boletim da CCDRN referia o concelho da Maia como o da Grande Área Metropolitana do Porto com o maior crescimento na oferta de emprego. Pediu aos críticos do Diagnóstico Social que deveriam usar de seriedade nas suas intervenções. Informou o Senhor Deputado Silvestre Santos Gomes Pereira que, no concelho da Maia, a assistência a idosos não era um exclusivo das IPSS, pois, a Junta de Freguesia de Vermoim já a exercia, de forma modesta e sem grandes recursos e sem ter de o cabimentar no seu orçamento. A finalizar, disse que a Câmara não necessitava de aumentar o seu orçamento, mas de cumprir o seu Plano de Desenvolvimento Social, que juntamente com o Diagnóstico Social, o Vereador do Pelouro da Acção Social e a sua equipa eram merecedores de um

louvor. -----

ADÉLIO ANDRÉ PASTOR GRAZINA leu o texto que faz parte integrante da acta como documento 10. -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA agradeceu à Mesa pela forma célere e eficaz como agendou a presente Sessão para discussão do Diagnóstico Social. Agradeceu à Câmara Municipal a documentação e a importante informação apresentadas. Lembrou que por sua iniciativa, na última Sessão da Assembleia Municipal, tinha proposto a realização de uma Sessão Extraordinária com um único ponto na Ordem de Trabalhos: Discussão do Diagnóstico Social do Concelho da Maia. Ao propô-la, tinha recolhido diversas opiniões. Uma delas era o risco que corria do PS abrir a Caixa de Pandora, atendendo à forma acutilante como no passado abordava este tema. Não perfilhava desta opinião, pois, o PS não iria abrir qualquer Caixa de Pandora, mas apenas iria clarificar o que para a Coligação “Primeiro as Pessoas” era cristalino. Lamentou com tristeza que esperava muito mais do PS, um partido que assentava a sua política na componente social. O Partido Socialista tinha perdido o debate logo à partida, quando propusera a realização do presente debate. Esperava nesta Sessão que o PS viesse fazer uma análise, profundamente bem produzida, sobre um modelo social pioneiro. Ao contrário, com muita tristeza, tinha constatado que o PS tinha vindo para o debate dizer incongruências, ao acusar o Senhor Vereador do Pelouro e a Câmara Municipal de esconderem os problemas sociais, de não os assumir com clareza. Perguntou como seria possível tal acusação, quando a Câmara aludia múltiplas vezes à situação de uma família cigana no Diagnóstico Social e no Plano de Desenvolvimento Social. A Oposição tinha dito que a Câmara Municipal deveria dinamizar, quando na realidade só a Câmara o tinha feito. Perguntou se alguma vez alguém tivesse ouvido que a Oposição tivesse afirmado que a Câmara da Maia já deveria ter feito o seu Diagnóstico Social, que já deveria ter aderido a este modelo e que já deveria ter criado a Rede Social. A resposta seria negativa. A Oposição

acusara a Maioria de não ter um modelo organizativo. A Coligação “Primeiro as Pessoas” tinha orgulho no seu modelo de organização que era muito elogiado por técnicos e especialistas altamente reputados. O Partido Socialista não o tinha encontrado. O Senhor Vereador da Acção Social afirmara que desejava criar um Gabinete de Atendimento Integrado Local, em contrapartida o PS queria muitos, e até Gabinetes Multimunicipais. Tudo isto significava que o PS ao ver-se confrontado com a derrota no debate político, não tinha resistido à demagogia, ao propor o aumento de no mínimo de 1% das sua dotação orçamental para a acção social em cada um dos dois anos que restam para a conclusão do presente mandato autárquico. Esta atitude era merecedora de dois comentários: o primeiro de que o Senhor Vereador do Pelouro de Acção Social não necessitava dos conselhos do Partido Socialista para nada; o segundo comentário era de que o aumento orçamental já se vinha verificando, bastava para isso que a Oposição tivesse tido o cuidado de ter consultado o último Plano e Orçamento. Lembrou que esta Sessão estava a discutir um tema muito importante, o Plano de Desenvolvimento Social e o Partido Socialista tinha-o confundido com o aumento no mínimo de 1% , que não clarificava se era real ou nominal, nas dotações de um pelouro significava o mesmo que para a discussão do Empreendimento da Barragem do Alqueva, o Partido Socialista não falar do Alqueva, mas de um regador. A actuação do PS era rigorosamente a mesma, o que o deixava muito triste, pois, nas democracias mais evoluídas as oposições tinham uma atitude construtiva, séria e geradora de notícias da comunicação social. Lamentavelmente para a Maioria na Maia, uma notícia descontextualizada e tendenciosa era geradora de oposição. A oposição que o PS tinha realizado na presente Sessão era a de, a propósito de uma notícia descontextualizada e tendenciosa, e repeti-la. Acusou o Partido Socialista de não resistir aos termos “lado negro” ou “quadro negro”. A finalizar, disse que face à pobreza de argumentos do PS para este debate, aos meios que tiveram de ser postos à disposição da Assembleia para enriquecer uma discussão sobre um tema tão importante, que

no futuro, iria ponderar e reflectir mais profundamente sobre a utilidade de novos debates, pois, sentira-se muito defraudado pela forma como o presente debate tinha decorrido. -----

FRANCISCO AMORIM DOS SANTOS BAPTISTA considerou o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social como dois documentos muito importantes, aos quais cada qual fazia a interpretação que melhor entendesse, pois, cada força política tinha o direito de tirar as suas ilações. Para o Bloco de Esquerda, havia ainda muito a fazer no plano social. Um tema com a importância do Diagnóstico Social era merecedor de um debate com intervenções mais ricas, o que lamentavelmente não aconteceu, pois o debate tinha sido pobre. As intervenções pautaram-se pela obra feita, uma obrigação de quem detinha o poder e, por ser uma obrigação, não deveria servir para o Executivo se vangloriar. O debate deveria ser direccionado para elencar os problemas existentes e apresentar soluções para as dificuldades das pessoas, porque para isso foram eleitos. O Bloco de Esquerda gostaria que, na análise do Diagnóstico Social, tivesse havido uma maior profundidade política, que fosse ao âmago das questões e que se preocupasse seriamente com aqueles que quotidianamente sofrem a amargura de uma vida difícil. Realçou os problemas do mundo laboral, pois dele emergiam todos os outros. O desemprego e o trabalho precário eram a fonte de todos os problemas sociais. Na Maia, o trabalho precário era uma realidade que deveria ser combatido. Por esta razão, considerou que a composição da Rede Social estava incompleta, pois nela deveriam ter assento as estruturas sindicais ou laborais. As Comissões de Trabalhadores tinham uma grande experiência no contacto diário e quase contínuo com os problemas sociais, alcoolismo, absentismo, toxicodependência, problemas laborais e familiares, entre outros, que se estivesse inserida numa comissão da Rede Social, a sua grande experiência seria uma mais-valia, e com certeza, iria contribuir para melhores resultados. Sugeriu à Câmara da Maia para incluir as estruturas laborais como uma nova parceria na Rede Social. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou que no início da Sessão, o Partido Socialista

12


tinha feito chegar à Mesa uma Proposta de Recomendação, da qual a Mesa tinha feito a entregue duma cópia a cada um dos Líderes parlamentares representados na Assembleia. Esta tinha sido a razão do protesto apresentado pelo líder da Coligação "Primeiro as Pessoas". —

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA pediu a palavra para fazer uma interpelação à Mesa. Disse que o documento não deveria ser aceite pela Mesa, pois se fosse colocada à votação a sua admissão, iria violar vários artigos do Regimento da Assembleia. Esclareceu que a presente Sessão era uma Sessão Extraordinária e só tinha um ponto na ordem de trabalhos, e a Assembleia só deveria pronunciar-se sobre o ponto em análise. Pelo respeito que lhe merecia o Regimento e os princípios democráticos, a Proposta de Recomendação não deveria ser sequer admitida e ser merecedora de qualquer discussão além da que até ao momento tinha sido produzida. —

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES pediu a palavra para fazer uma interpelação à Mesa. Esclareceu que a apresentação da Proposta de Recomendação fazia sentido, pois, estava de acordo com o teor do ponto único da ordem de trabalhos. Esclareceu, ainda, que tinha cabimento e estava previsto no ponto q), do número 1, do artigo 5.º do Regimento da Assembleia, que leu: "Pronunciar-se e deliberar sobre assuntos que visem a prossecução das atribuições da Autarquia"; Além disso a alínea e) do artigo 49.º – Regras do uso da palavra pelos membros da Assembleia – o uso da palavra era possibilitado aos seus membros para: "Apresentar recomendações, propostas e moções sobre assuntos de interesse para o Município". Considerou que tudo era claro, que a Proposta de Recomendação estava de acordo com o Regimento e com o assunto em discussão. Por estas razões, a Mesa não poderia impedir a sua apresentação e o Partido Socialista exigia que fosse votada a sua admissão, pois, a Proposta de Recomendação apresentada, era um documento construtivo e sério. —

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA interrompeu o Senhor Deputado, pois, tinha pedido a palavra para fazer uma interpelação à Mesa e o mesmo já estava a fazer a apresentação de um

documento que nem sequer tinha sido admitido. -----

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES esclareceu que estava a fazer a apresentação da Proposta de Recomendação. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA esclareceu que não lhe tinha dado a palavra para fazer a apresentação da Proposta de Recomendação. -----

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES pediu para ser esclarecido. Acrescentou que a Proposta de Recomendação tinha de ser apresentada. -----

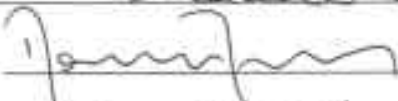

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA esclareceu o Senhor Deputado que lhe tinha dado a palavra para fazer uma interpelação à Mesa e que o interrompera porque já estava a fazer a apresentação de um documento, que nem sequer tinha sido votada a sua admissão. Sobre a Proposta de Recomendação, afirmou que quando o Senhor Deputado a entregou à Mesa, não lhe foi dito que a poderia ou não apresentar, e, se havia legalidade ou não na sua entrega. Informou a Assembleia que a Proposta de Recomendação não tinha cabimento no âmbito da presente Sessão Extraordinária, e por esta razão, a Mesa não a aceitava, cabendo aos seus autores agirem da forma que entenderem. -----

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES pediu a palavra fazer uma interposição de recurso de acordo com o artigo 55.º do Regimento, que no seu número 1 referia: “Qualquer membro da Assembleia pode recorrer para esta, de decisões do Presidente ou da Mesa”. Acusou a Mesa de ter tomado uma decisão claramente parcial e de ter posto em causa direitos consagrados no Regimento. Esperava da Mesa e do seu Presidente uma postura de neutralidade na condução dos trabalhos da Assembleia. Os direitos dos Deputados Municipais tinham sido coarctados com a decisão da Mesa e que iria saber ler as suas consequências. Finalizou, afirmando que a partir de então passaria a considerar a Mesa como um elemento parcial. -----

----- Posta à votação a **interposição de recurso foi rejeitada por maioria** com 22 votos

contra dos Senhores Deputados da Coligação "Primeiro as Pessoas", 14 votos a favor: 12 dos Senhores Deputados do PS e dois dos Senhores Deputados do BE e três abstenções: duas dos Senhores Deputados da CDU e uma do Senhor Deputado Independente. -----

---- E sendo uma hora do dia vinte e nove de Março do ano em curso, foi dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, pelo 1.º Secretário, Domingos de Jesus e Sousa e pela 2.ª Secretária, Maria de Lurdes da Costa Almeida Rebelo Maia. -----

O Presidente: 
O 1.º Secretário: 
A 2.ª Secretária: 



Freguesia da Maia
Concelho da Maia

✓ Doc 1 19

Ex.mo Senhor Presidente da
Assembleia Municipal da Maia
Paços do Concelho
Praça Dr. José Vieira de Carvalho
4470-220 MAIA

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
		2007/340	28/03/2007
Assunto: 2ª Sessão Extraordinária 2007 Substituição			

Ex.mo Senhor

Sirvo-me do presente para informar V. Exa. que, por motivo de doença, não poderei participar na 2ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal.

Por esse motivo nomeio, como meu Substituto para a referida Sessão da Assembleia, o Secretário deste Executivo, Sr. Mário Augusto Ramos.

Sem outro assunto, subscrevo-me com os meus melhores cumprimentos.

Atentamente
O Presidente da Junta

(Carlos Santos Teixeira)

14
17m

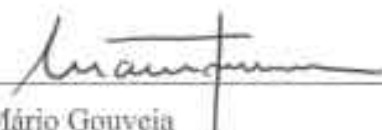
Exmo Senhor Presidente da
Assembleia Municipal da Maia
Sr. Luciano Silva Gomes
Praça Prof. Dr. José Vieira de Carvalho
4470-202 MAIA

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
		OF-102/2007	23/03/2007
Assunto:	Comunicação de Substituição Alínea C) do art. 38º da Lei 169/99		

Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós e representante da mesma nesse Órgão Municipal, venho por este meio e conforme o estipulado na alínea c) do art. 38º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5/A de 11 de Janeiro de 2002, comunicar que por impossibilidade de estar presente na Reunião de hoje, me faço representar pela minha substituta legal, a secretária da Junta, Dr.ª Susana Filipa Jorge Pinheiro.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente,


Dr. Mário Gouveia

Rede Social do Concelho



Março.2007

R
Doc.3
12/12



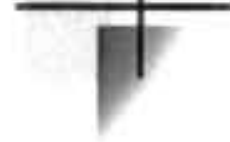
Polarização

Parque
Habitacional

Emprego

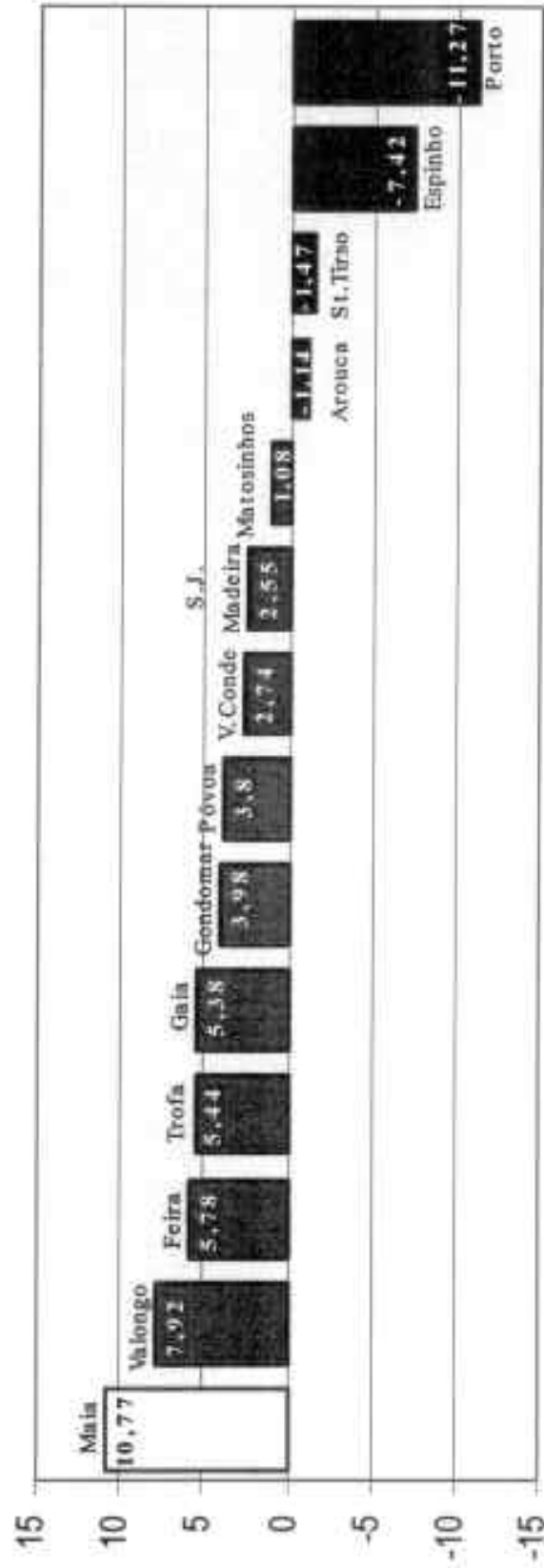
Infra-estruturas

Dinâmica



Crescimento Demográfico

Dinâmicas Demográficas 2001 - 2005 (%)

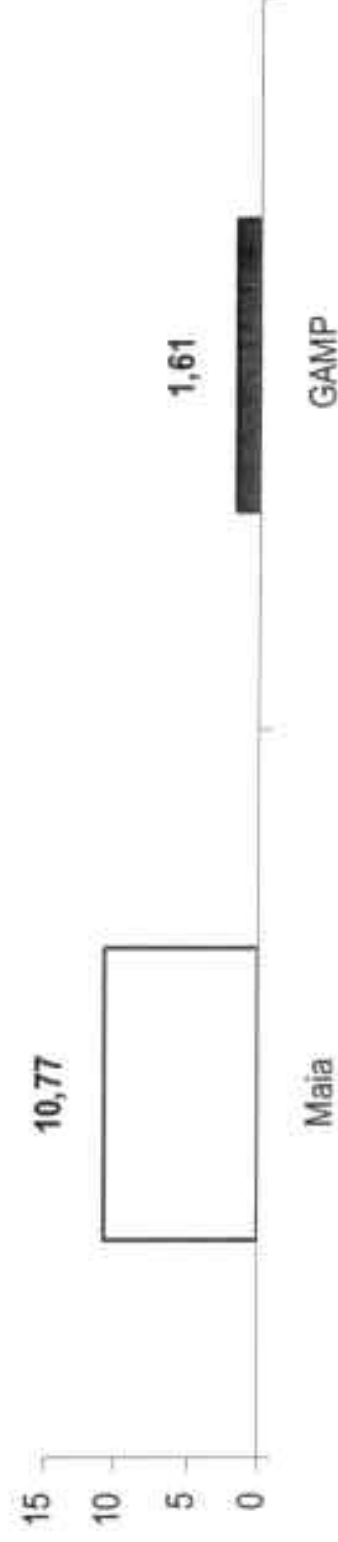


Fonte: INE



Crescimento Demográfico

Dinâmicas Demográficas 2001 - 2005 (%)



Fonte: INE

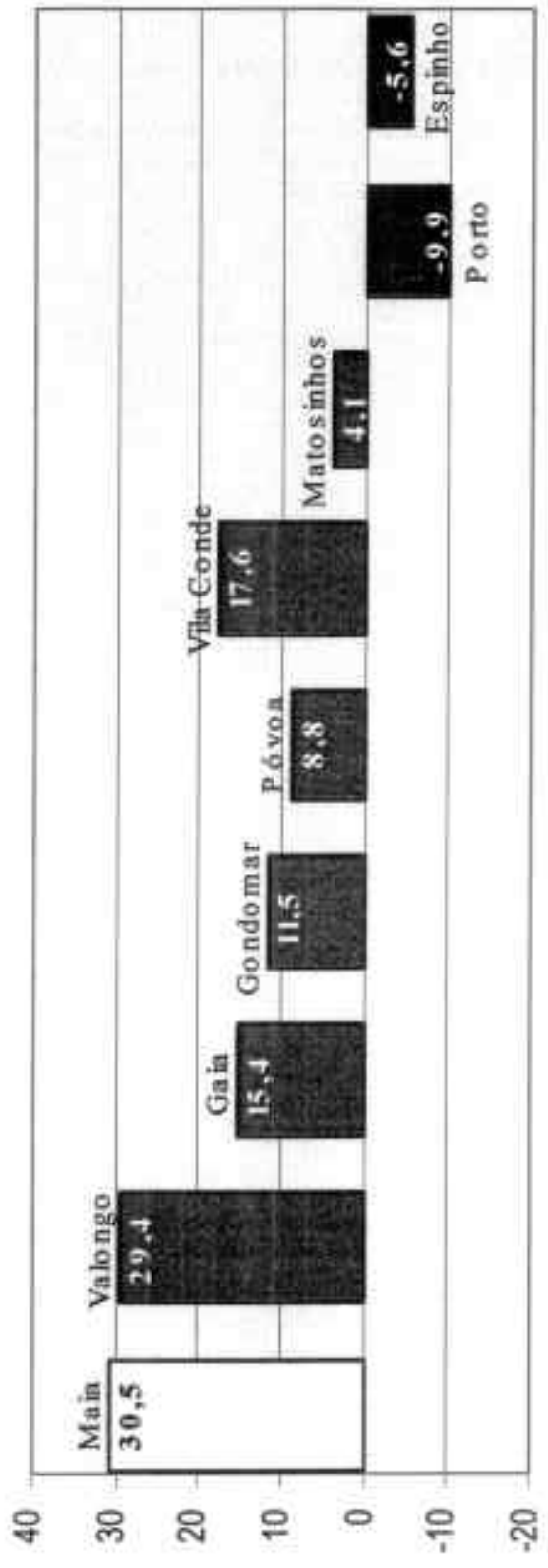
Acessibilidades





Emprego

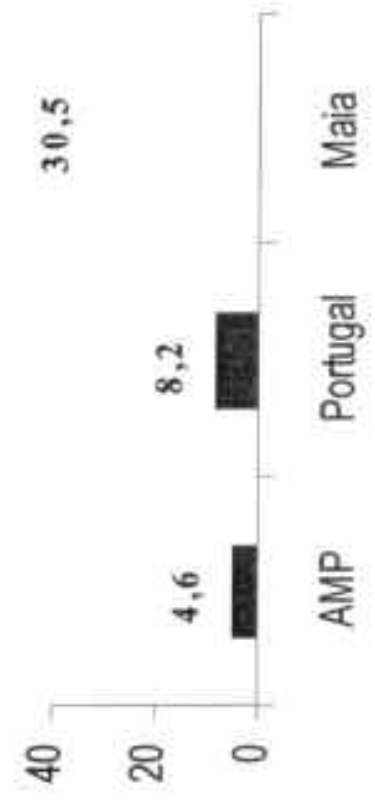
Crescimento do Emprego 1991-2001 (%)



Fonte: INE

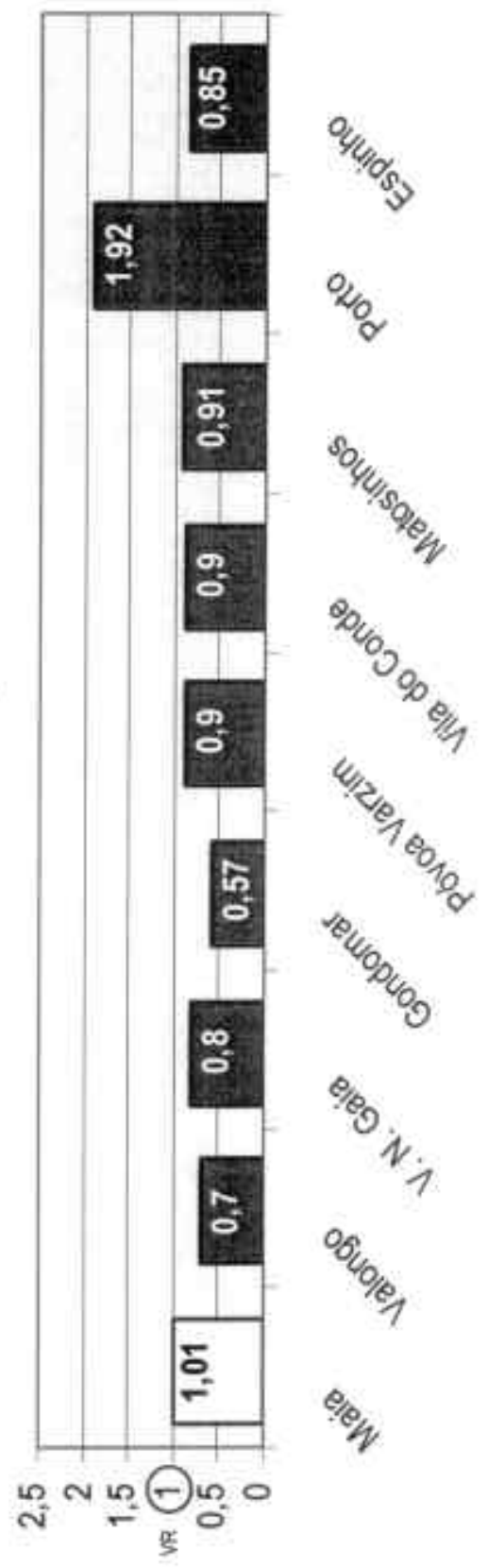
Emprego

Postos de Trabalho Criados 1991-2001 (%)



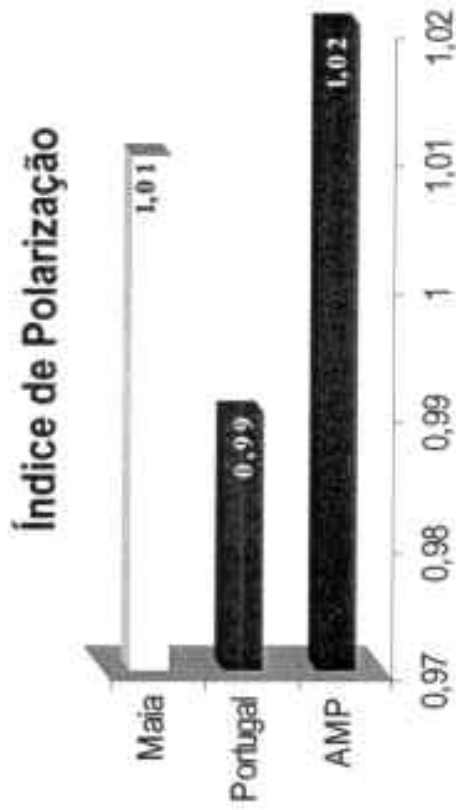
Índice de Polarização = $\frac{\text{N.º de postos de trabalho}}{\text{N.º de residentes activos empregados}}$

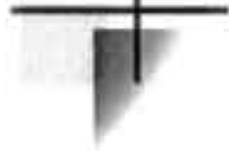
Índice de Polarização 2001





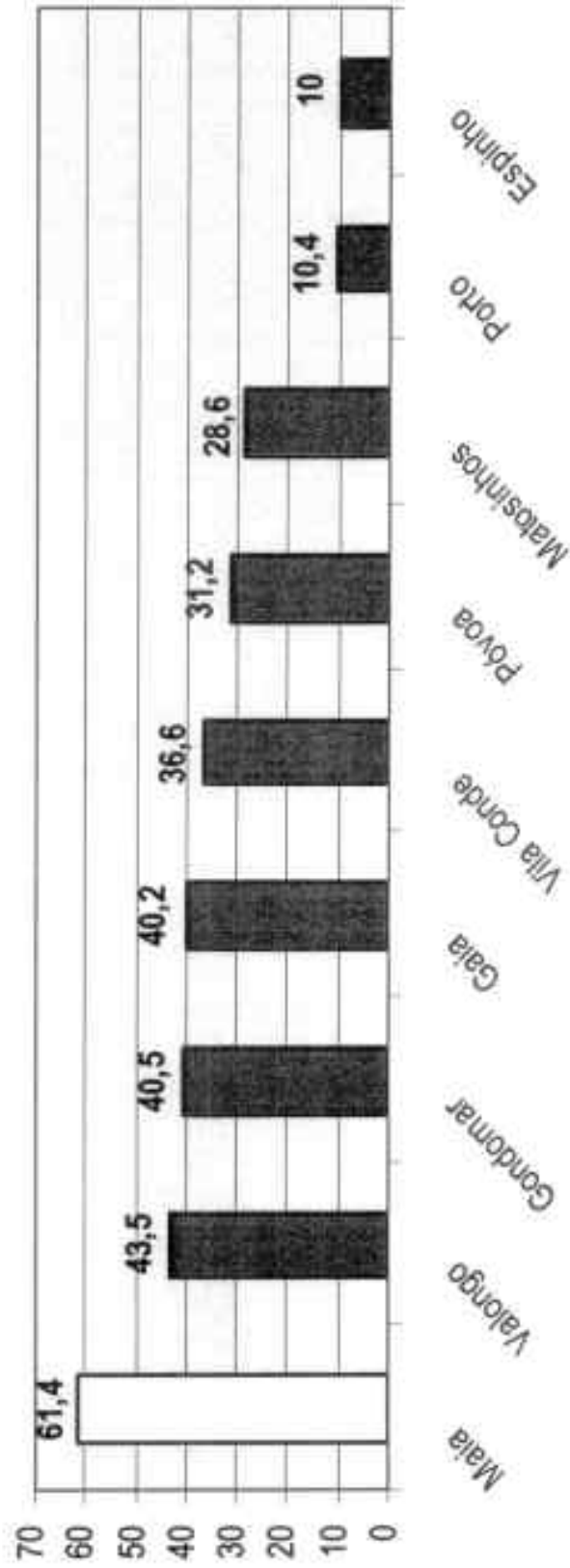
$$\text{Índice de Polarização} = \frac{\text{N.º de postos de trabalho}}{\text{N.º de residentes activos empregados}}$$





Parque Habitacional

Variação do N.º de Edifícios 1991 - 2001



AMP = 33,6 %

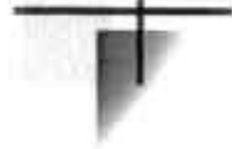
Fonte: INE

Dinâmica = Relação entre a evolução populacional, a qualificação superior e o padrão de investimentos.

Ranking dos Concelhos Mais Dinâmicos do Continente - 278

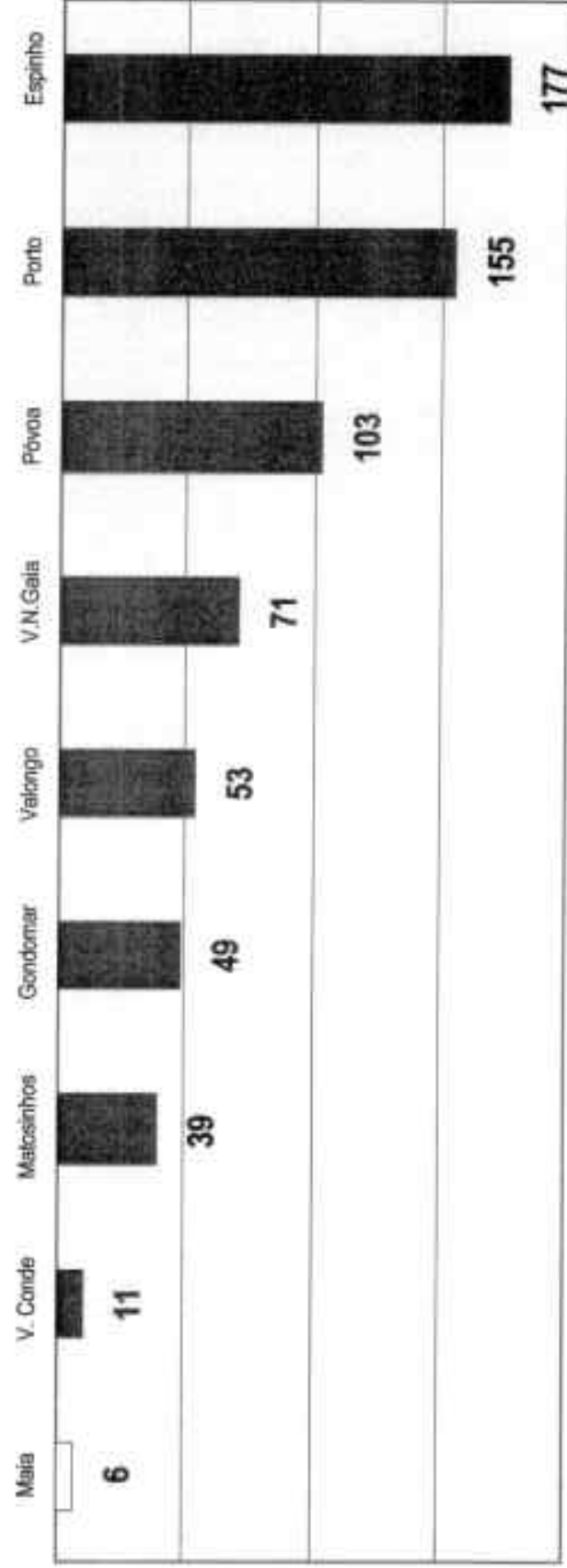
Dinâmica Populacional		Dinâmica do Ensino Superior		Dinâmica de Investimentos	
Maia	5º lugar	Maia	145º lugar	Maia	5º lugar
Valongo	7º lugar	V. Conde	183º lugar	V. Conde	10º lugar
Póvoa Varzim	11º lugar	Valongo	184º lugar	Matosinhos	21º lugar
V.N. Gaia	16º lugar	Gondomar	218º lugar	Porto	23º lugar
Gondomar	19º lugar	Matosinhos	234º lugar	Valongo	57º lugar
V. Conde	20º lugar	V.N. Gaia	236º lugar	Gondomar	59º lugar
Matosinhos	38º lugar	Póvoa Varzim	238º lugar	V.N. Gaia	76º lugar
Espinho	106º lugar	Espinho	241º lugar	Póvoa Varzim	130º lugar
Porto	213º lugar	Porto	244º lugar	Espinho	159º lugar

Fonte: Ministério das Finanças, 2003

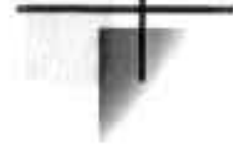


Dinâmica Positiva

Ranking dos Concelhos Mais Dinâmicos



Fonte: Ministério das Finanças, 2003

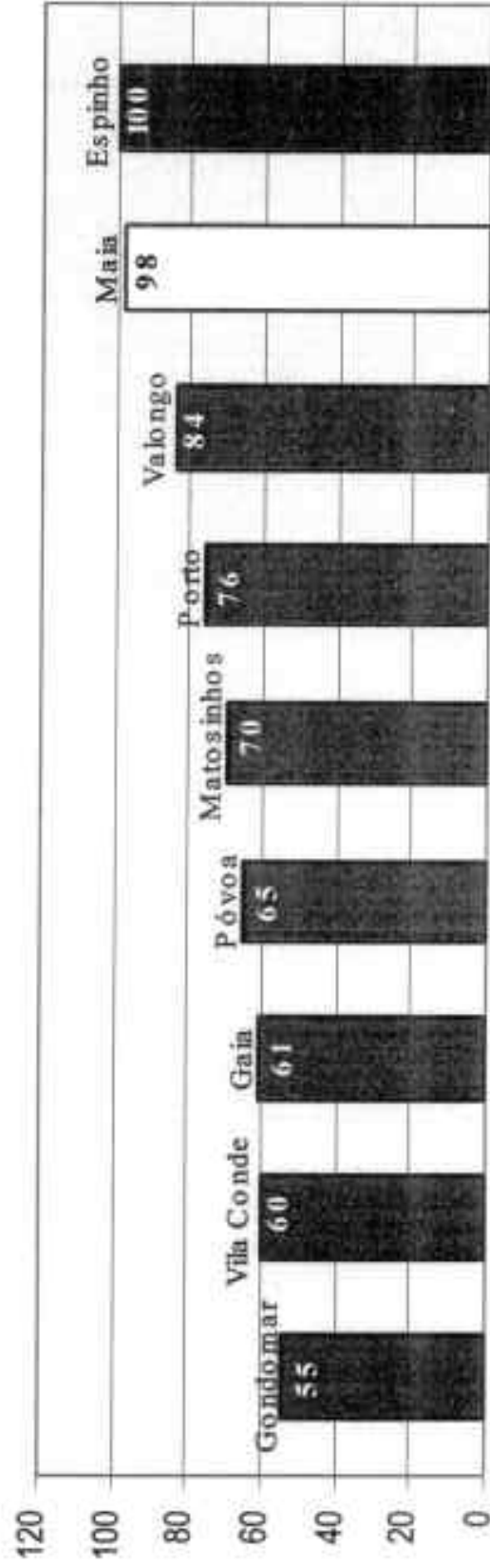


maia



Infra-estruturas

População Servida com Sistema de Drenagem de Águas Residuais 2004 (%)

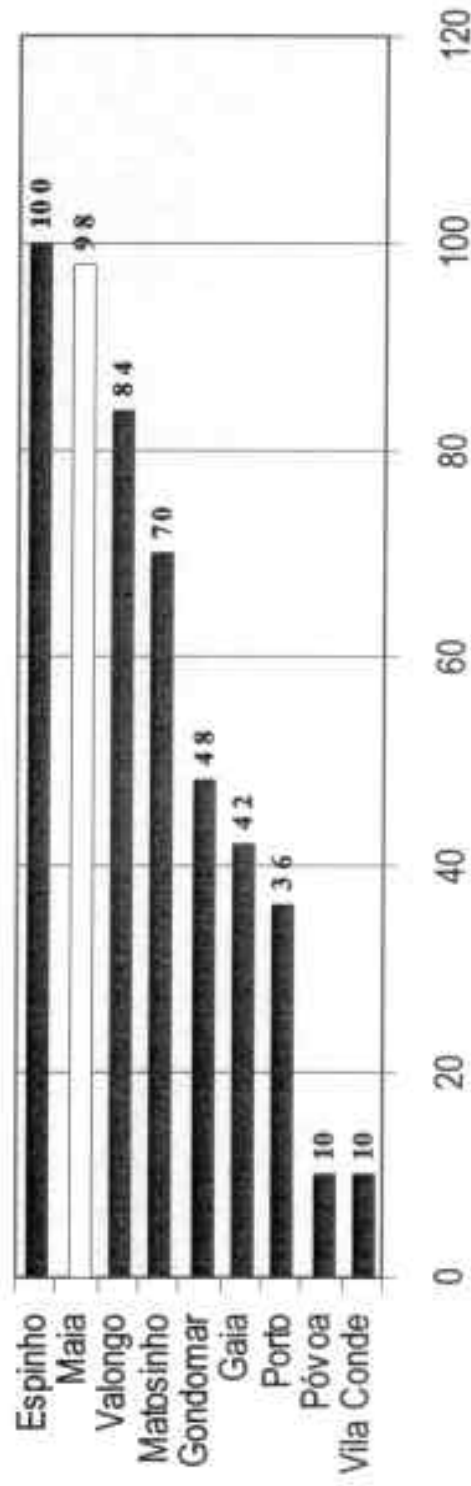


AMP = 71 %

Fonte: INE

Infra-estruturas

População Servida com Estações de Tratamento de Águas Residuais 2004 (%)



AMP = 52 %

Fonte: INE

12



Desenvolvimento = relação entre 6 indicadores

Desenvolvimento de tipo urbano;

Dinamismo demográfico;

Especificidade industrial;

Produtividade;

Especificidade turística e

Especificidade na agricultura e pescas.

Fonte: INE e Instituto Galego de Estatística, 2001

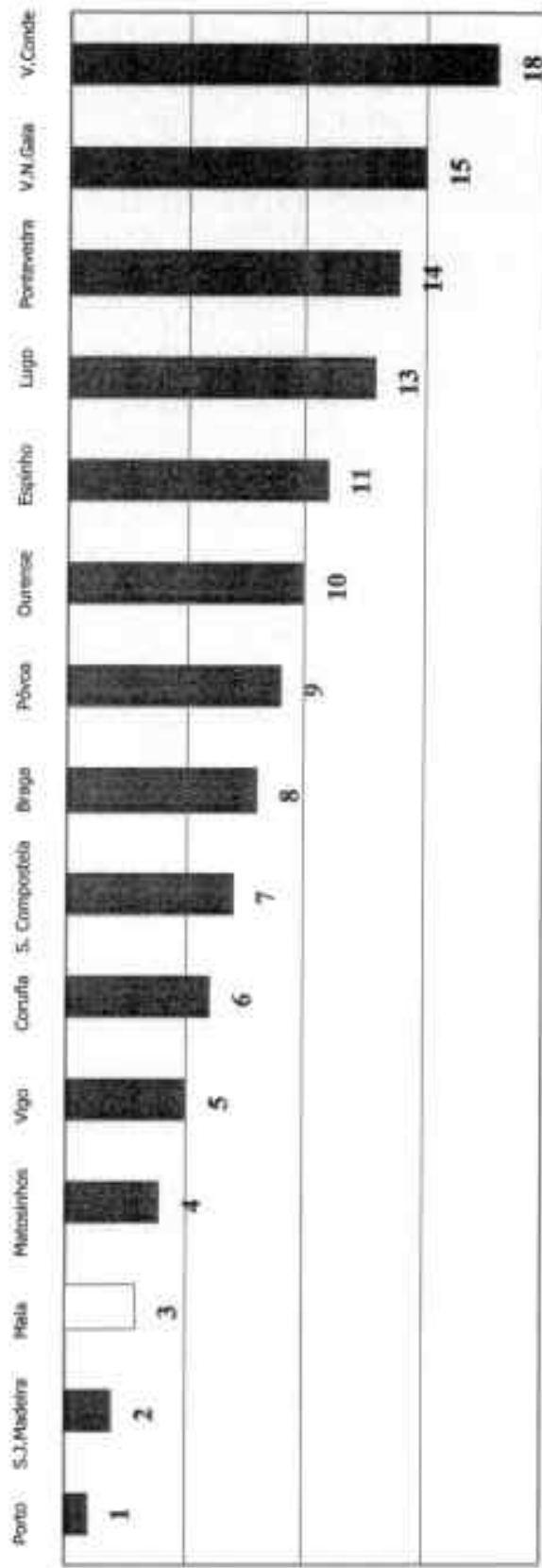
ma
R
i
h

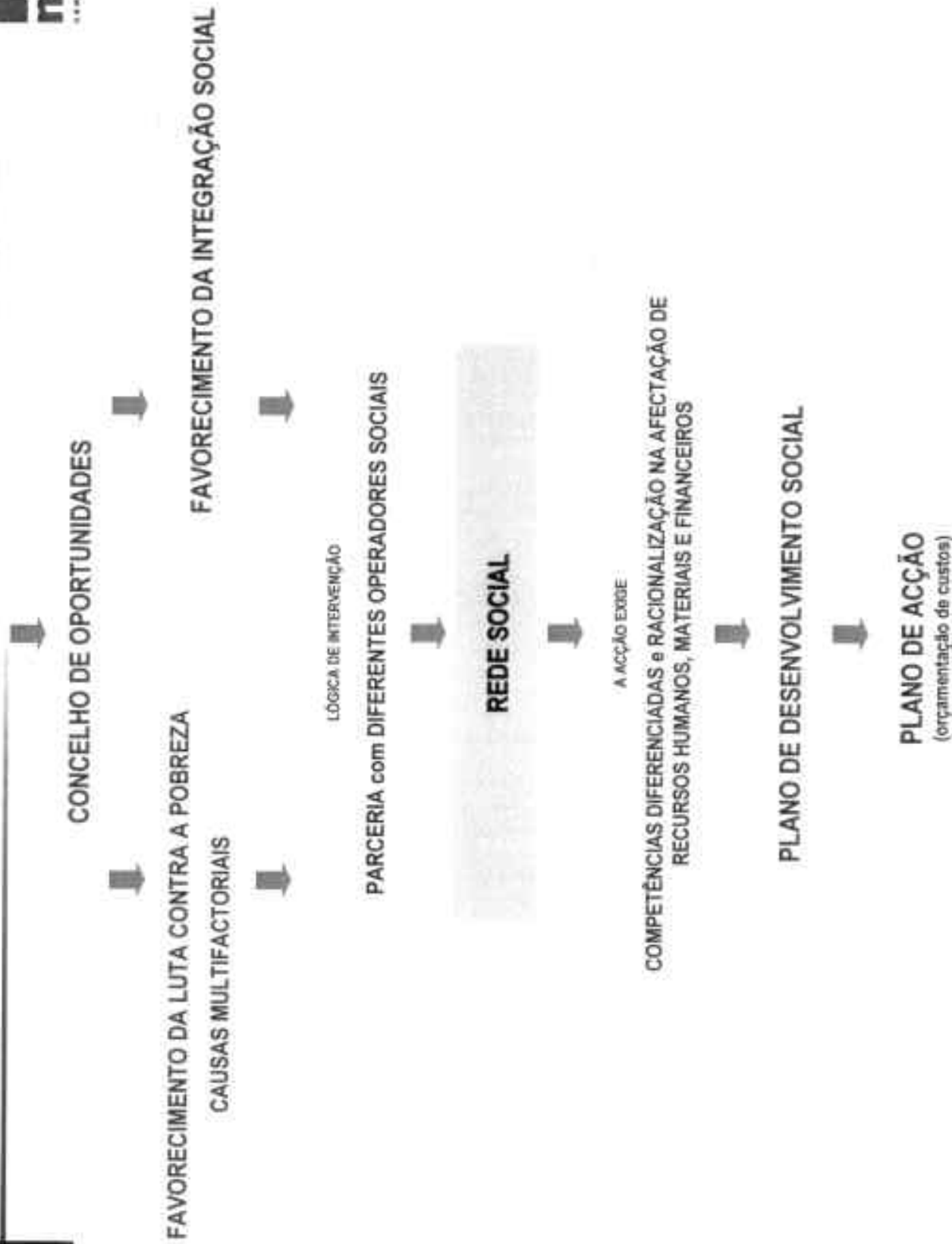


Desenvolvimento

Óptica de Comparação Transnacional Concelhos do Norte de Portugal e Comarcas da Galiza em Espanha.

Ranking dos Concelhos e Comarcas quanto ao
Indicador Sintético de Desenvolvimento





Pro

COMBATE À POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

CANDIDATURA CMM, EM 2004

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA REDE SOCIAL
CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL
(CLAS), EM 2005

CLAS DA MAIA
Órgão Deliberativo

Presidido pelo Presidente da CMM
70 Parceiros

NÚCLEO EXECUTIVO DO CLAS
Órgão Executivo
7 Parceiros

3 obrigatórios
CMM: ISS, IPSS

4 eleitos
Saúde, Educação,
Justiça e Juntas de
Freguesia

COMISSÕES SOCIAIS
INTER-FREGUESIAS

DIAGNÓSTICO SOCIAL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
(2006-2009)
e
PLANO DE ACÇÃO
(2007)

VERMOIM - MAIA

AVALE
(Mithelinda, A. Santos, Guerreiras, Penhousa)

MAIA LESTE
(Noqueim, S. P. Fria, Folgosa, Silva Elacura)

VILA DO CASTELO
(S. M. Aviação, S. Pedro, Germonds, Barca e Gondim)

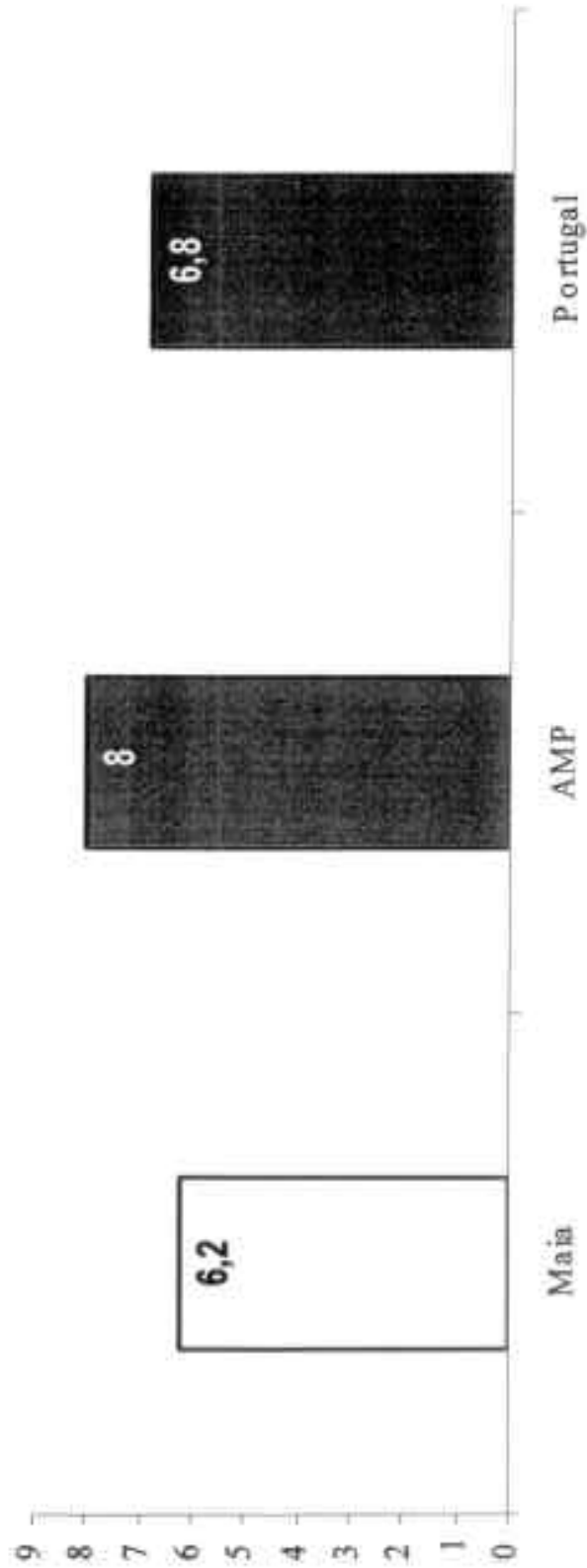
MAIA NORTE
(Moreira e V.N. da Telha)



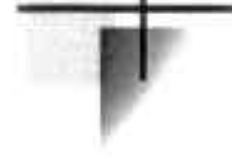


Emprego

Taxa de Desemprego 2001 (%)

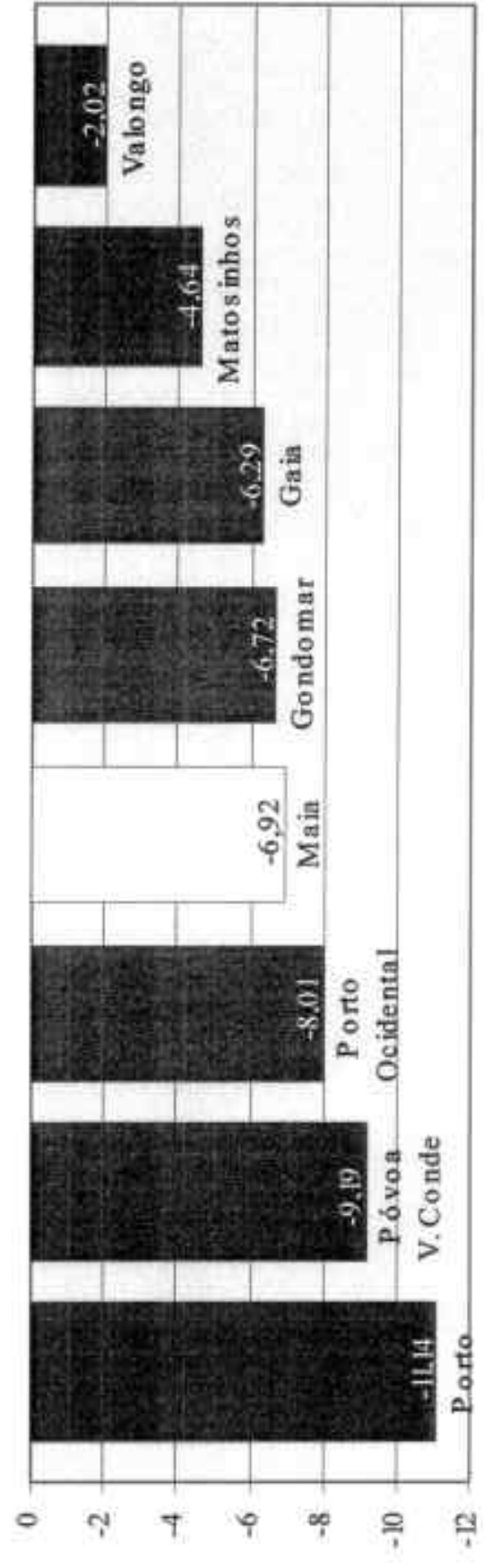


Fonte: INE



11/04/2007

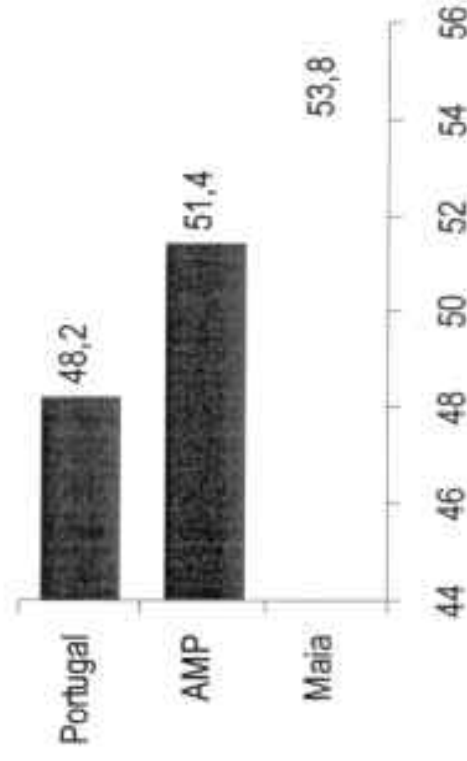
Desemprego Registrado nos Centros de Emprego
Variação Homóloga Jan.06-Jan.07





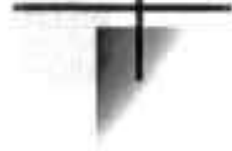
Emprego

Taxa de Actividade 2001



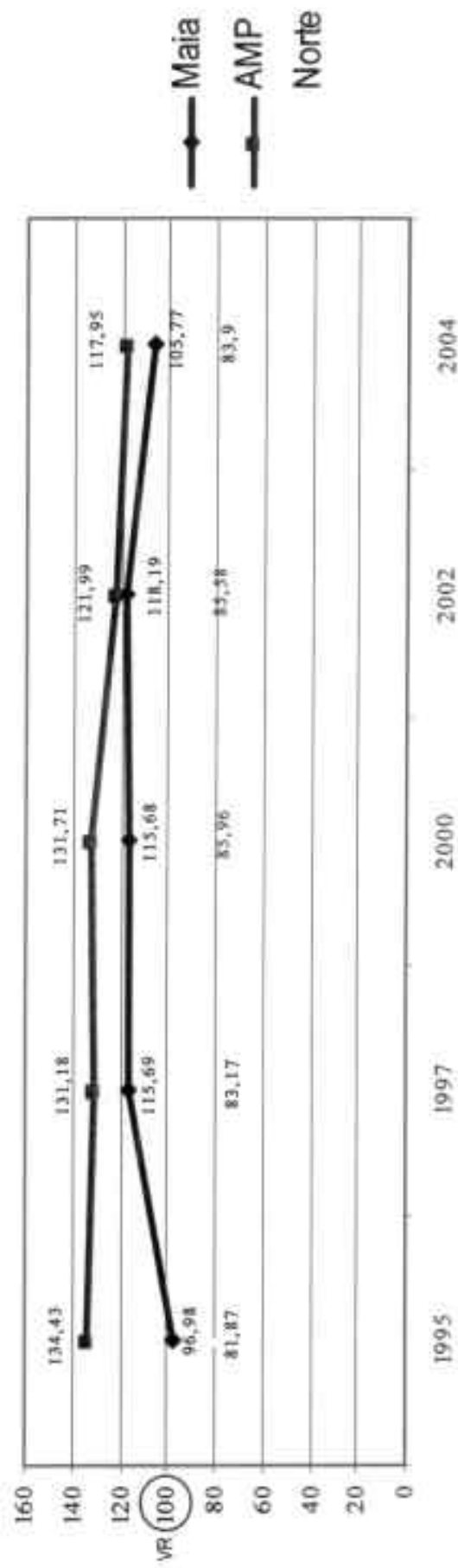
$$\text{Tx de Actividade} = \frac{\text{Pop. Activa}}{\text{Total Pop.}} \times 100$$

Fonte: INE



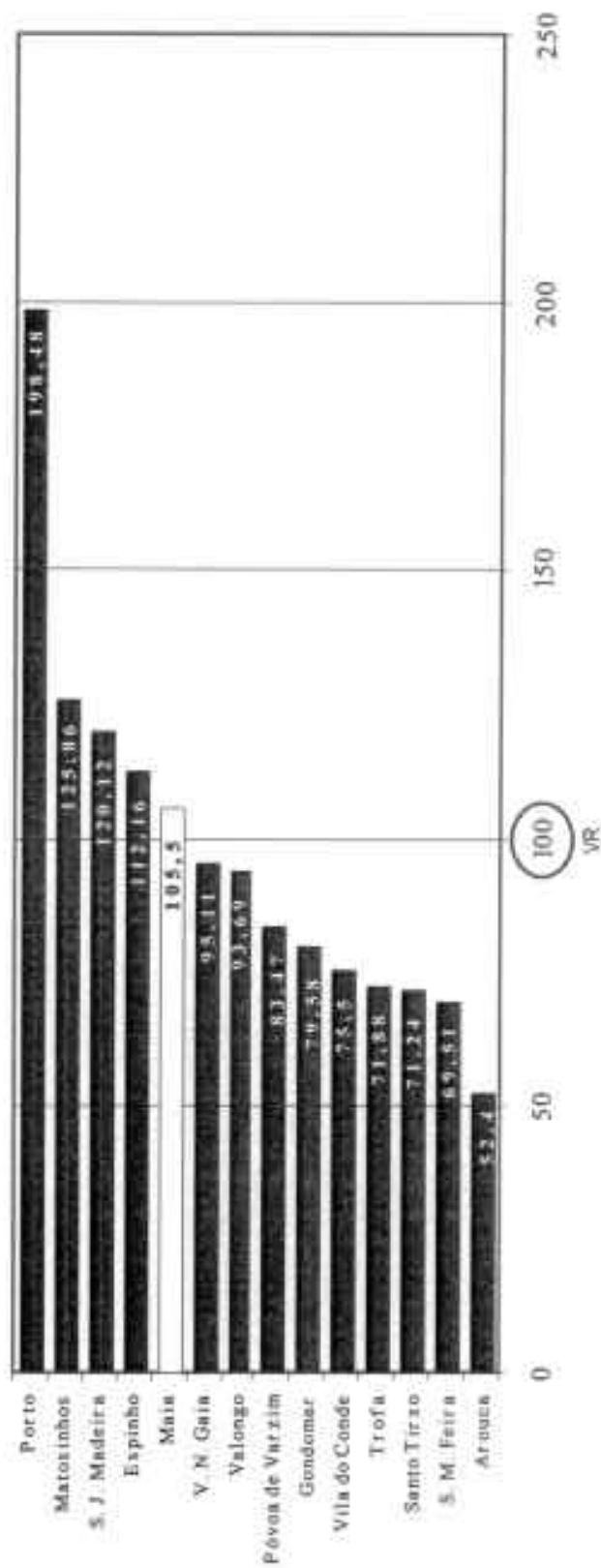
Poder de Compra

Evolução do Poder de Compra 1995 - 2004



Poder de Compra

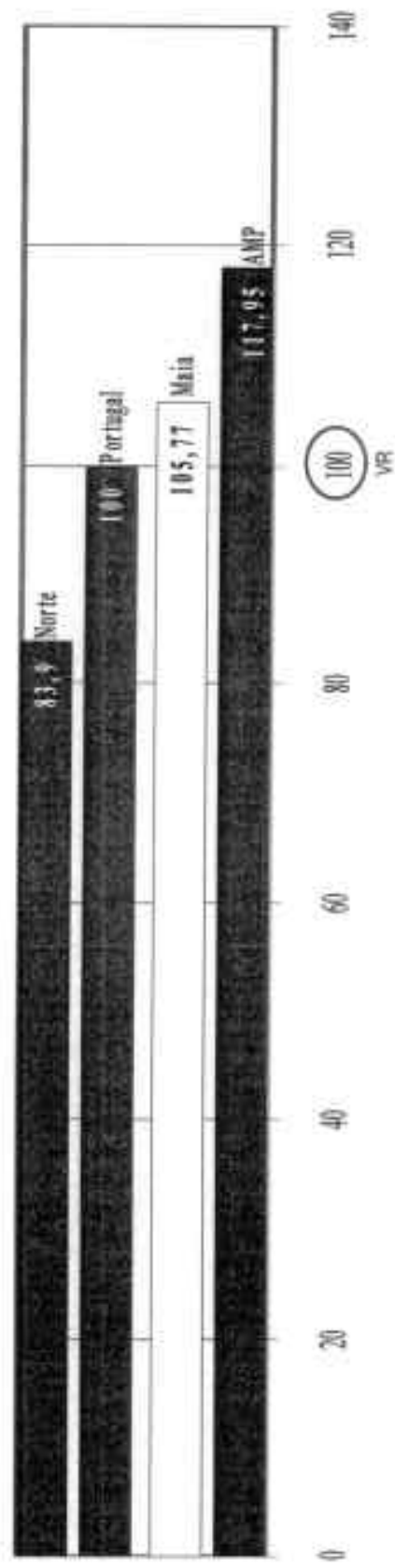
Poder de Compra 2004



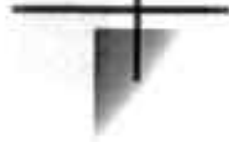
Fonte: INE

Poder de Compra

Índice de Poder de Compra 2004

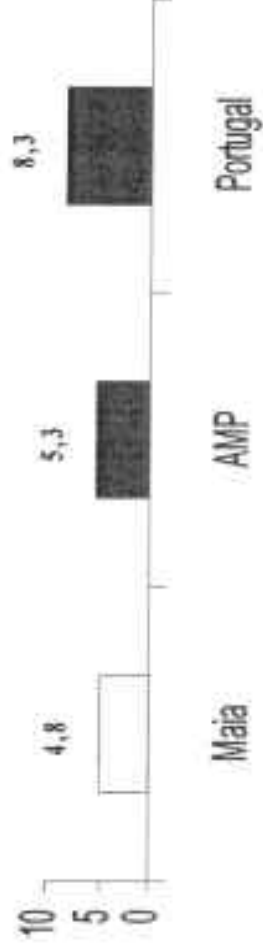


Fonte: INE

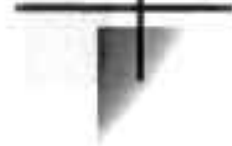


Educação

Taxa de Analfabetismo 2001 (%)

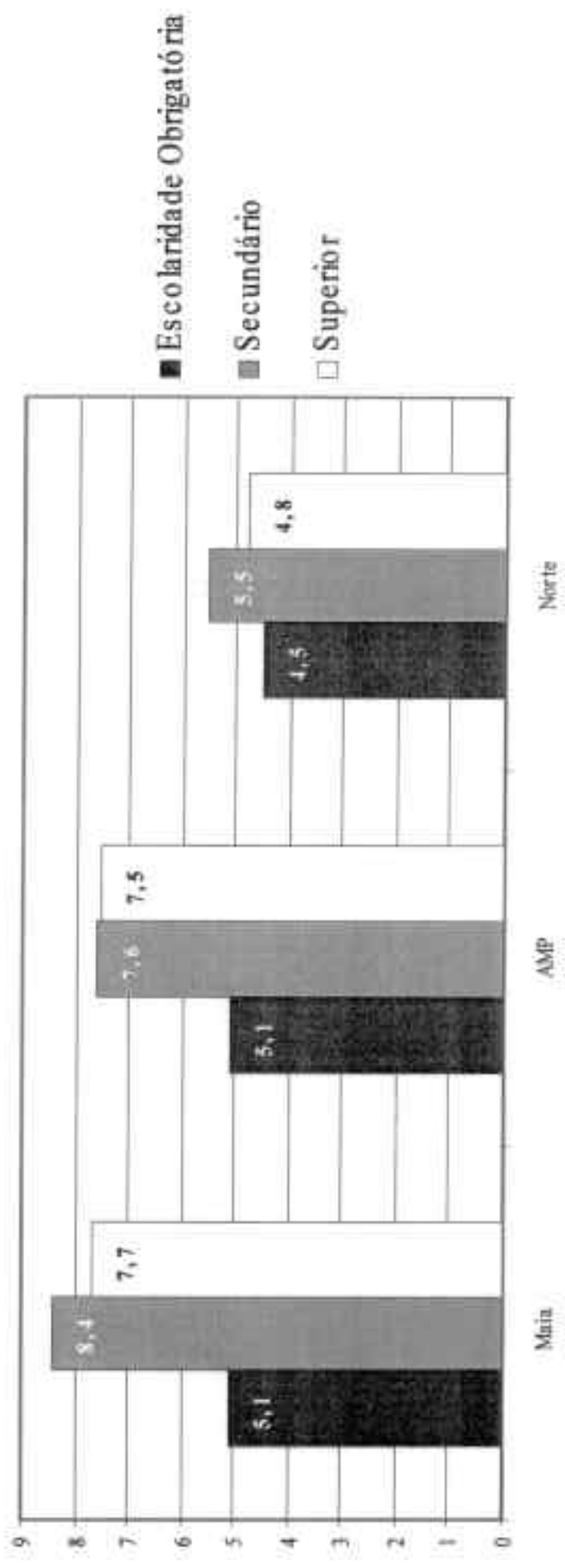


Fonte: INE



Educação

Níveis de Ensino Atingidos
População Residente 2001 (%)

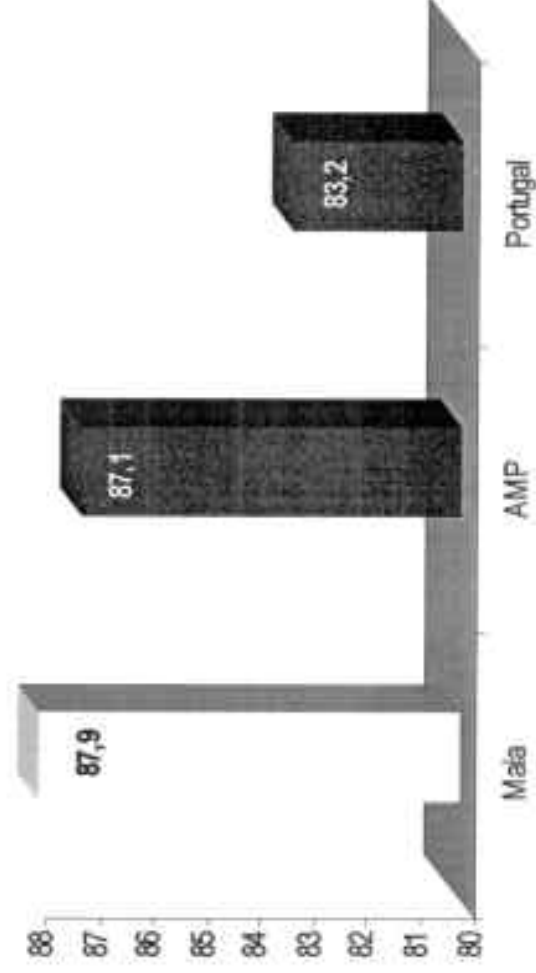


Fonte: INE



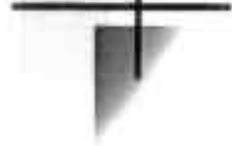
Educação

Sucesso Escolar no Ensino Obrigatório 2001 (%)



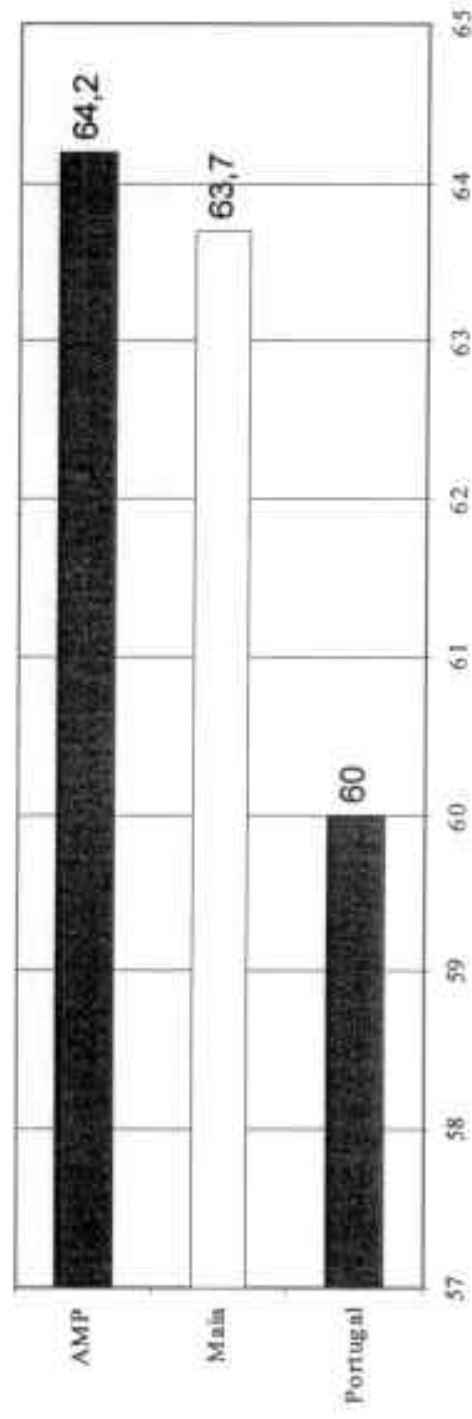
Sucesso escolar = N.º de transições

Fonte: Ministério da Educação



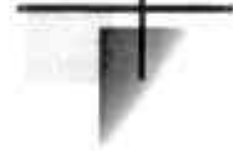
Educação

Sucesso Escolar no Ensino Secundário 2001 (%)



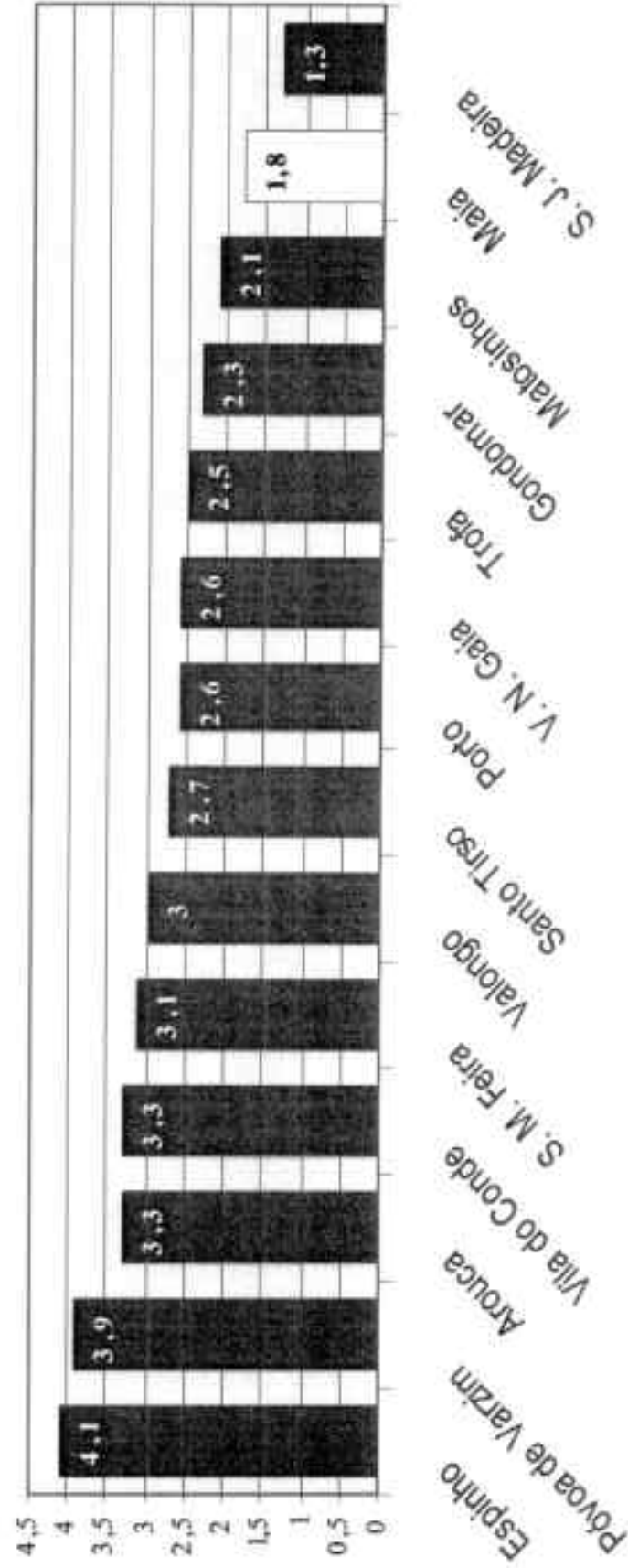
Sucesso escolar = N.º de transições

Fonte: Ministério da Educação/INE



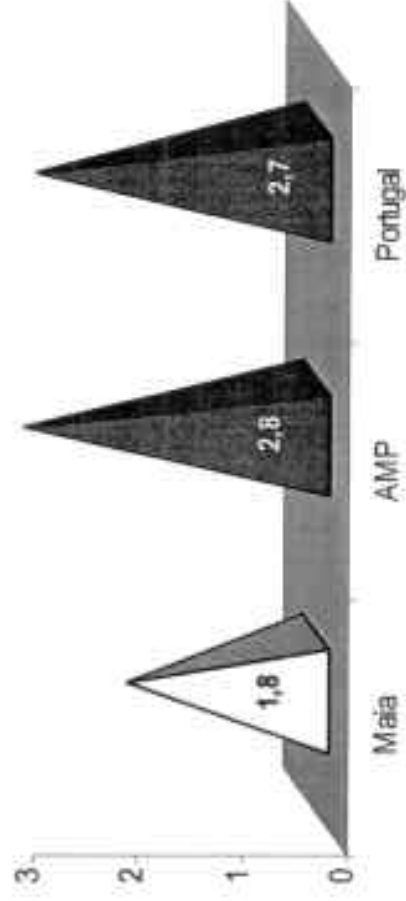
Educação

Abandono Escolar 2001 (%)



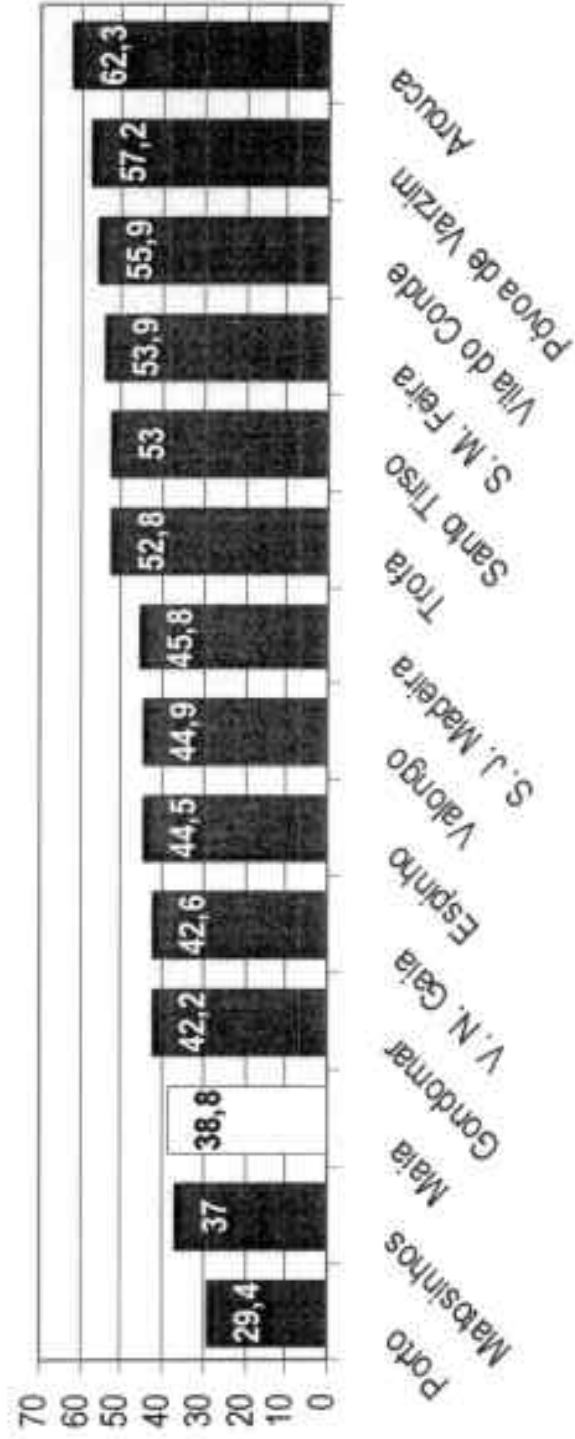
Educação

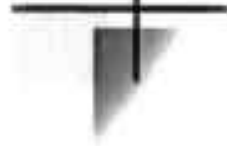
Abandono Escolar 2001 (%)



Educação

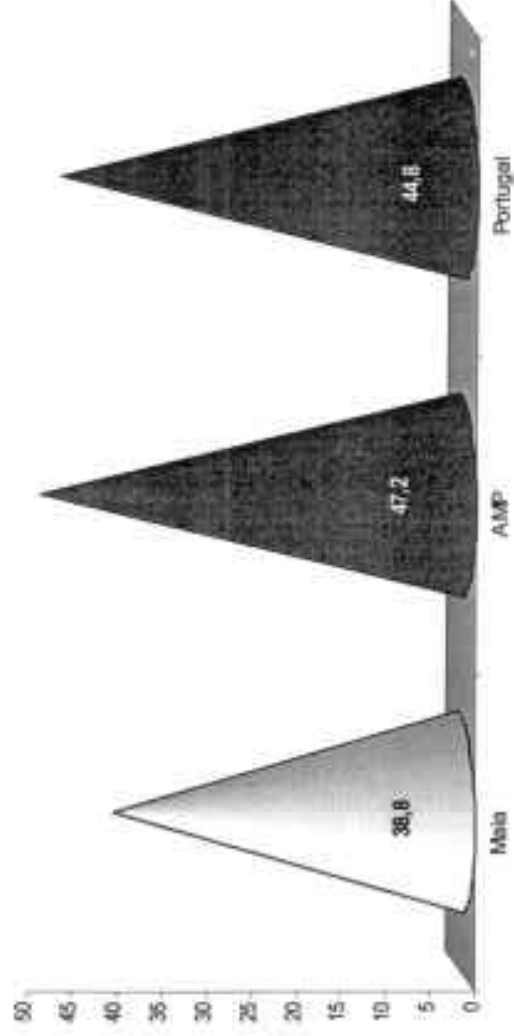
Saída Precoce 2001 (%)



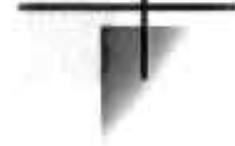


Educação

Saída Precoce 2001 (%)



Fonte: Ministério da Educação / INE



Eixo I – Qualificação Escolar, Profissional e Empregabilidade

Coordenação do Grupo Operativo: Câmara Municipal da Maia

Parceiros: Escolas Públicas, Privadas e Profissionais, Centros de Formação, Justiça, Ass. Empresarial e Centro de Emprego da Maia

Objectivos até 2009:

Redução do abandono escolar em 0,5%.

Criação de um Plano Municipal Integrado de ofertas educativas e formativas.

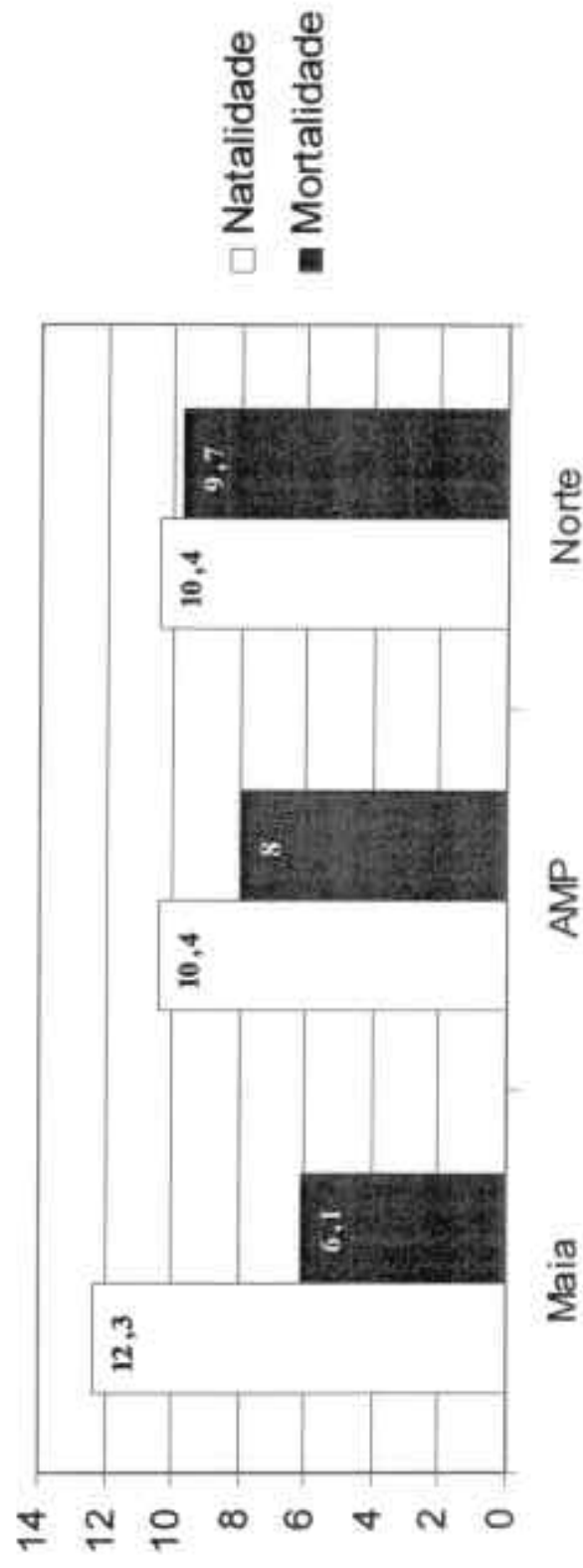
Aumento da oferta de formação profissional ajustada às necessidades do Concelho da Maia, em 50%.

Redução do insucesso escolar, no ensino básico, em 50%.

Aumento do número de pessoas a frequentar cursos de aprendizagem ao longo da vida (EFA) e aperfeiçoamento de competências (RVCC), em 50%.

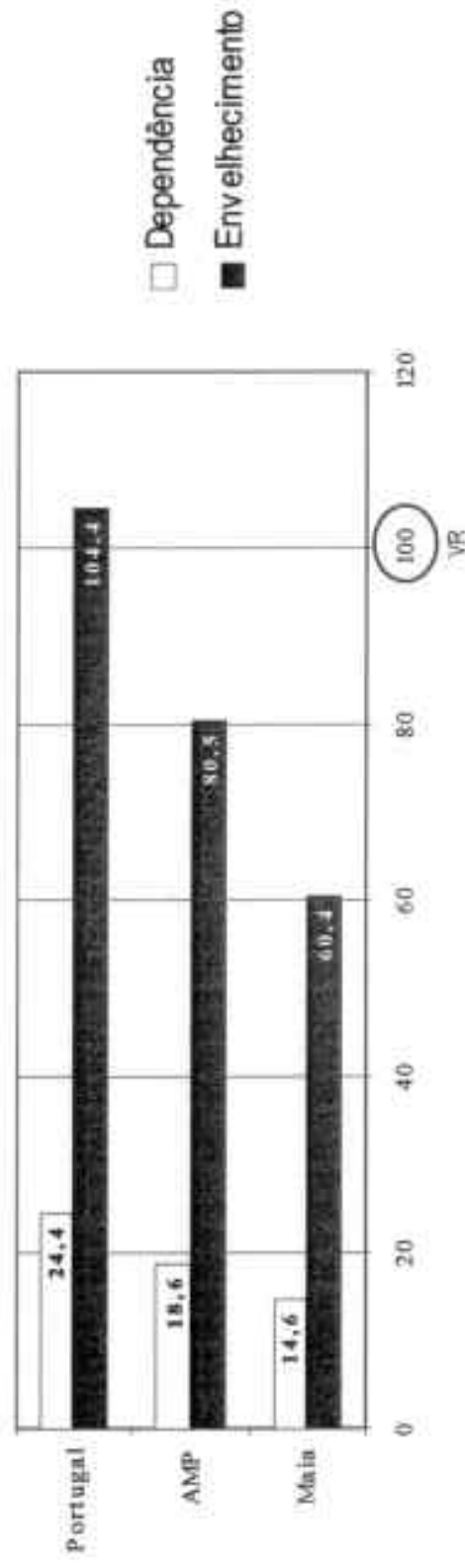
Social e Família

Natalidade Vs Mortalidade 2001 (%)



Social e Família

Envelhecimento e Dependência dos Idosos 2001

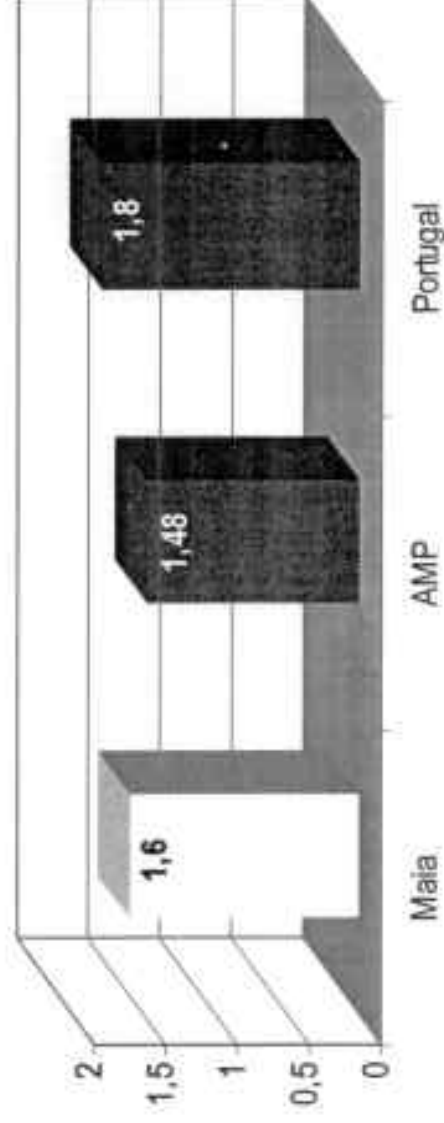


Fonte: INE / ISS



Social e Família

Processos Activos nas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens 2004 (%)



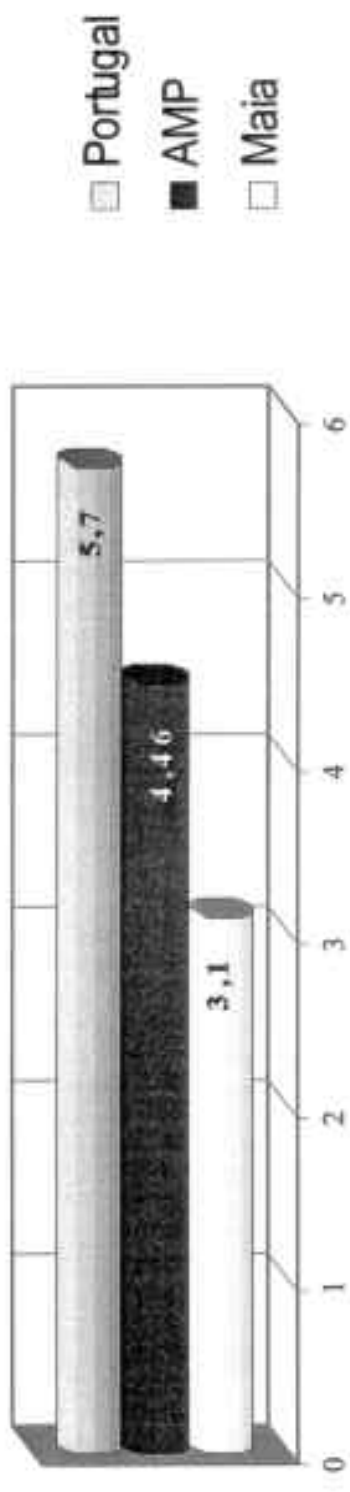
Fonte: Comissão Nacional de Promoção de Crianças e Jovens em Risco/ISS

2020

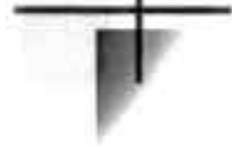


Social e Família

Indivíduos Beneficiários de RSI 2005 (%)

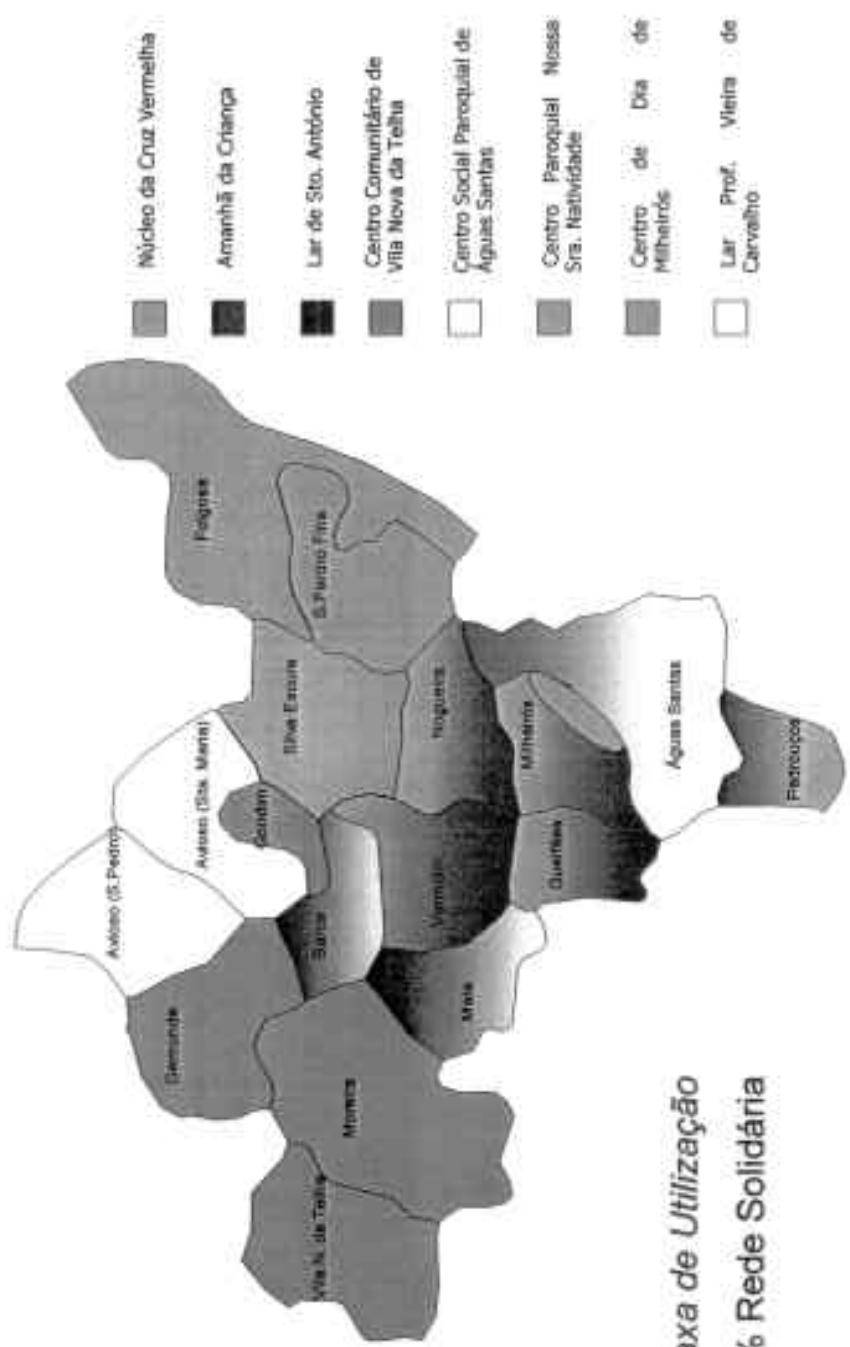


Fonte: INE/ISS



Social e Família

Rede de Apoio Domiciliário



Taxa de Utilização
92,6 % Rede Solidária

4- R
P



Social e Família

Rede de Lares de Idosos e Centros de Dia



Taxa de Utilização
92% Rede Solidária
95,15% Rede Lucrativa

Assunto: Pedido de candidatura ao PARES
Transmissão de 14.05.2007 às 15h00m

Excmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal da Maia
Ex. Dr. José Vieira de Carvalho

4470-202 Maia

1. José Vieira de Carvalho
[Signature]
Município de Maia
Gabinete da Directora
C.2.07

Data:
2007-02-07

Sala de Reuniões

Assunto: **Candidatura ao PARES**

O alargamento da rede de equipamentos sociais é, no entendimento do Governo, um factor determinante bo bem estar e melhoria das condições de vida dos cidadãos

O Centro Distrital de Segurança Social do Porto perfaz este entendimento e, concomitantemente, procura combater a burocracia e garantir a transparência do processo de candidatura ao PARES, pelo que remete a V. Ex.ª um CD com toda a informação relativa ao Programa para que possa munir com as instituições do concelho e prestar-lhes uma informação completa e esclarecida

Não obstante a liberdade de cada instituição em candidatar-se à resposta social que mais lhe apruviar indica-se a seguir uma lista dos conceitos que, segundo as informações sociais dos nossos serviços, serão mais carenciados nas seguintes respostas sociais elegíveis em sede do PARES:

Creche	Centro de Dia	Lar para idosos
Amarante	Amarelante	Gondomar
Marco de Canavezes	Belas	Vila Nova de Gaia
Paços de Ferreira	Felgueiras	
Paranhos	Lousada	
Penafiel	Maia	
Tróia	Vila Nova de Gaia	
Valongo		
Vila Nova de Gaia		

Os nossos serviços ficam, naturalmente, ao dispor das P.S.S. que necessitem de quaisquer outras esclarecimentos adicionais.

Com os meus melhores cumprimentos,

O Director Distrital

[Signature]



Eixo II – Equipamentos Sociais e Inclusão de Grupos Vulneráveis

Coordenação do Grupo Operativo: Sta. Casa da Misericórdia da Maia

Parceiros: IPSS's, Segurança Social, Câmara Municipal da Maia, Juntas de Freguesia,
CPCJ e Forças de Segurança

Objectivos até 2009:

Redução do número de processos de negligência infantil instaurados na CPCJ, em 50%.

Aumento da ocupação dos tempos livres nos períodos de interrupção lectiva e férias, em 50%.

Adequação e qualificação das respostas dos Centros de Dia e Centros de Convívio para idosos e indivíduos portadores de deficiência.

Levantamento da população com deficiência e/ou necessidades de intervenção precoce.

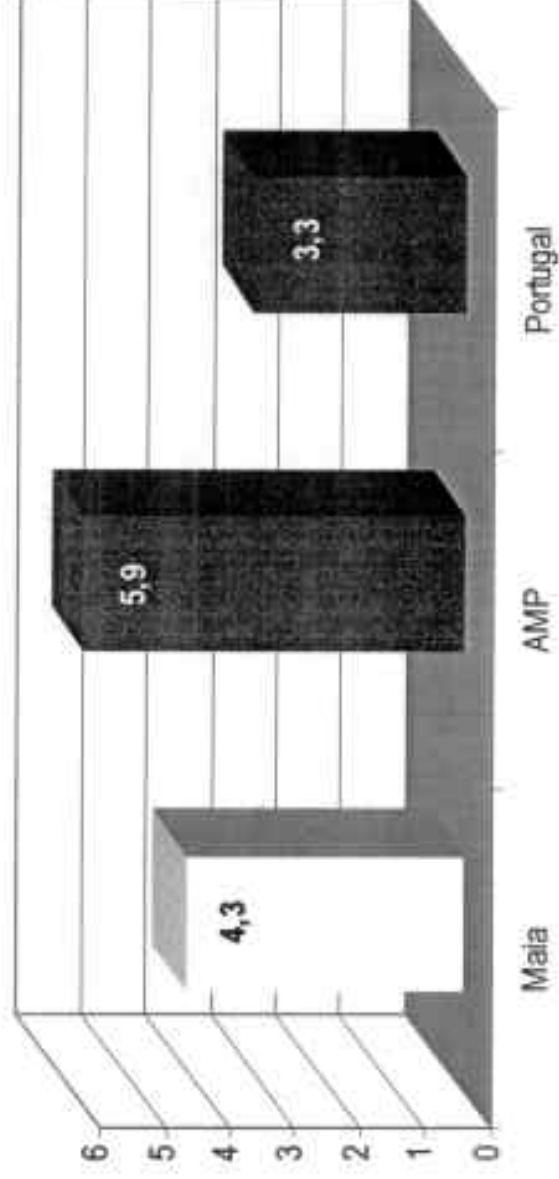
Aumento da oferta das acções de formação parental, em 80%.

Criação do Roteiro de Recursos Sociais do Concelho da Maia *on line* – EFECTUADO.



Saúde e Dependências

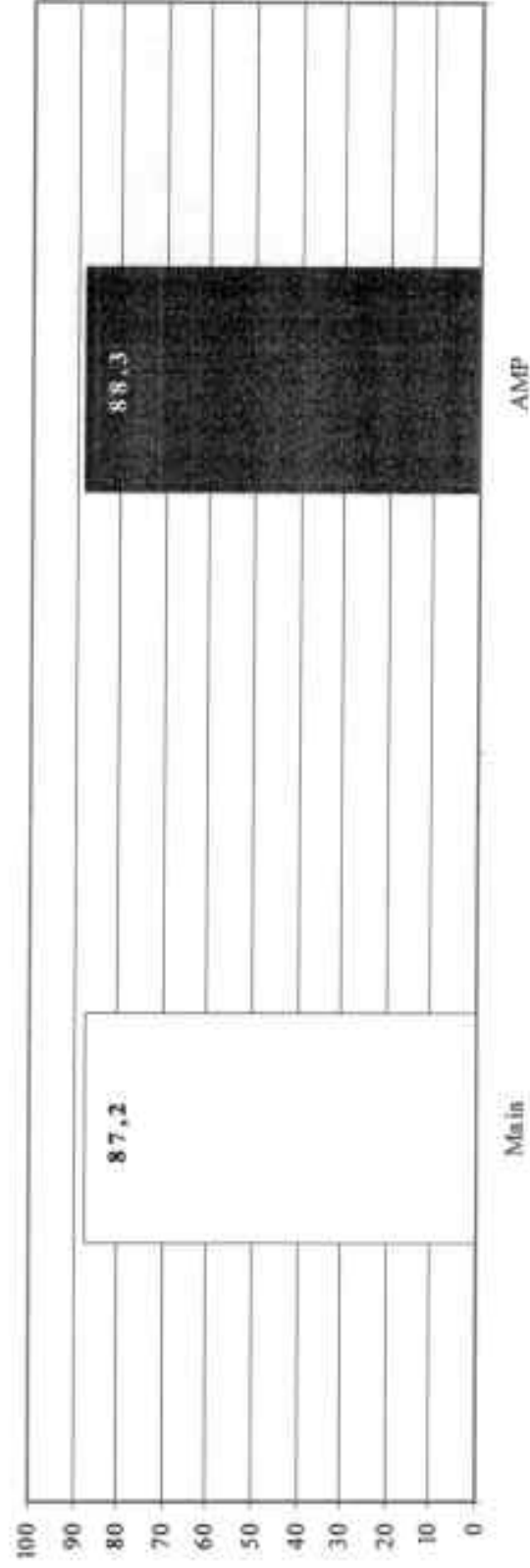
Médicos /1000 Habitantes





Saúde e Dependências

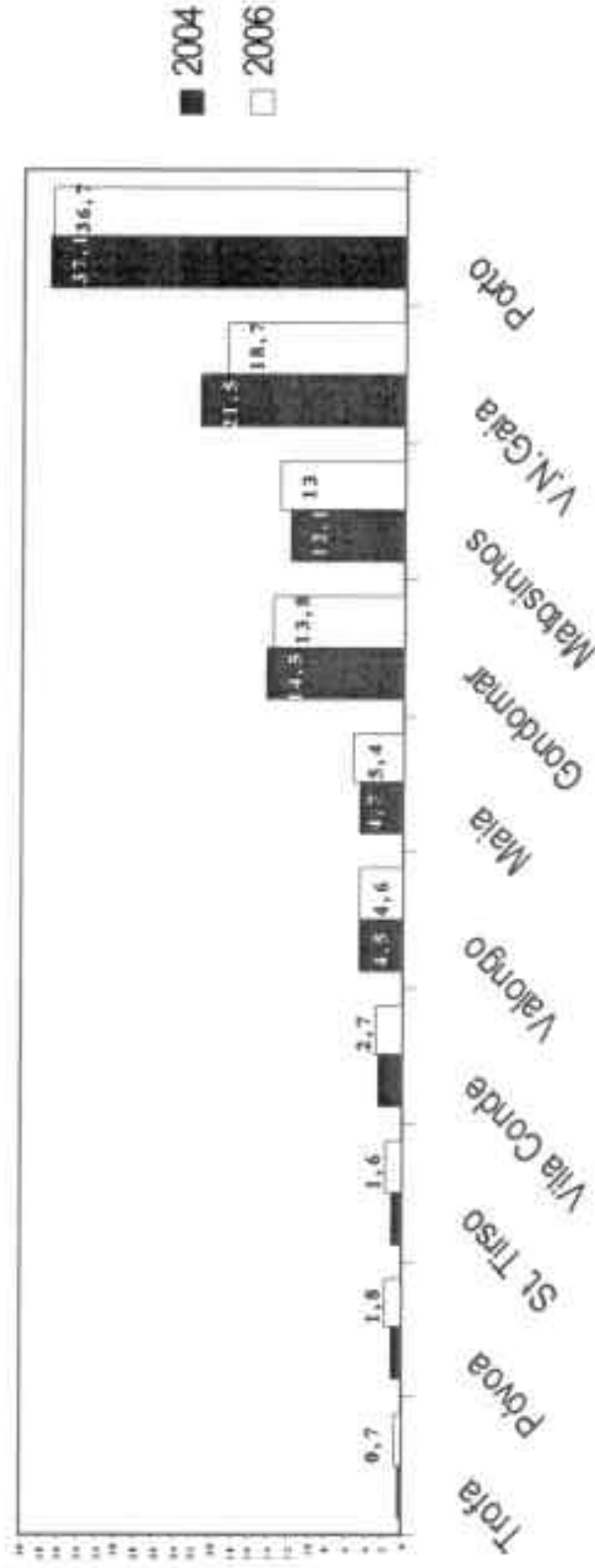
Utentes Inscritos nos Centros de Saúde com Médico de Família 2004 (%)





Saúde e Dependências

Utentes Activos nos Centros de Atendimento a Toxicodependentes
da DRN/IDT, Residentes nos Concelhos da AMP (%)



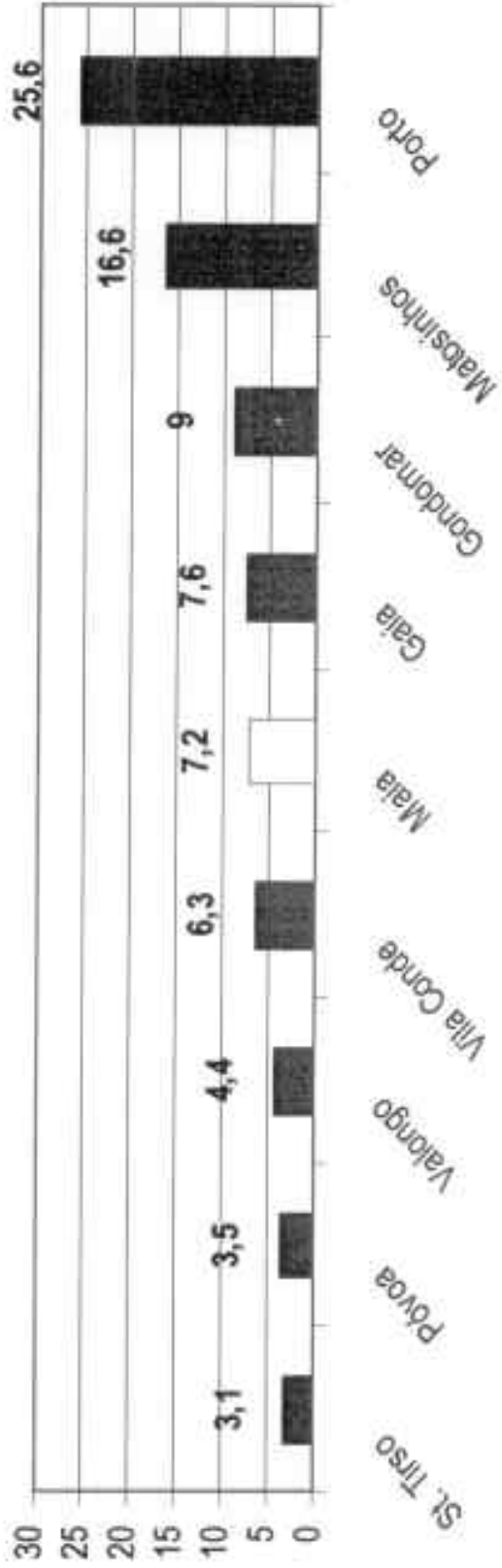
Utente activo = Utente com, pelo menos, uma consulta de seguimento.

Fonte: DRN / IDT



Saúde e Dependências

Utentes Inscritos no Centro Regional de Alcoologia do Norte 2004 (%)



Fonte: Ministério da Saúde



Eixo III – Saúde, Comportamentos e Atitudes

Coordenação do Grupo Operativo: Junta de Freguesia de Avioso – Sta. Maria

Parceiros: CAT e Centros de Saúde, IPSS's, Segurança Social, Câmara Municipal da Maia e Justiça

Objectivos até 2009:

- Promoção de estilos de vida saudável em 75% da população pré-escolar e do 1º CEB.
- Desenvolvimento de actividades lúdicas em 20% da população com idade igual ou superior a 65 anos.
- Optimização da articulação dos serviços de saúde e outros com intervenção no domínio das toxicodependências e doenças transmissíveis, até 2007.
- Criação de grupos de auto-ajuda ao nível da prestação de cuidados a toxicodependentes, alcoólicos e vítimas de violência doméstica.



Eixo IV – Reforço da Comunicação e Articulação Inter-institucional

Coordenação do Grupo Operativo: Rede Social

Parceiros: Membros do CLAS

Objectivos até 2009:

Criação das Comissões Sociais Inter-freguesias – EFECTUADO.

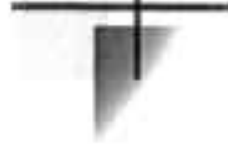
Disponibilização *on line* dos documentos da Rede Social – EFECTUADO.

Criação dos Gabinetes de Atendimento Integrado Local – G.A.I.L.

Realização do Fórum Social 2007.

Realização do certame Maia Saúde 2007.

Avaliação externa dos Planos de Acção e Plano de Desenvolvimento Social.



Perfil do Município:

Adulto, de 30 anos, com hábitos alcoólicos.

Problemas de saúde associados.

Desempregado de longa duração.

Sem a escolaridade mínima obrigatória e qualificação profissional.

Intervenção:

Encaminhamento e tratamento da dependência.

RVCC/Formação profissional.

Inscrição no Centro de Emprego.

Resultado esperado:

Integração

SOCIAL E PROFISSIONAL

**INTEGRAÇÃO NO
MERCADO DE
TRABALHO SEM
SUCESSO**

**GABINETES DE
ATENDIMENTO
INTEGRADO LOCAL
G.A.I.L.**

PROPOSTA

Falha: Intervenção da Segurança Social.
(Ajudas técnicas para intervenção na saúde oral.)

Rede Social do Concelho



Março.2007

1-5

2
7-2



GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhores Deputados Municipais
Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores

1. A justiça social e a qualidade de vida dos cidadãos são marcas fundamentais das sociedades mais desenvolvidas e democráticas e devem constituir-se sempre como critérios essenciais da acção política. O presente Ano Europeu dedicado à Igualdade de Oportunidades constitui, também aqui na Maia, um ensejo para a mobilização concertada dos poderes públicos e da sociedade civil na construção de indispensáveis compromissos sociais. Temos aliás, neste momento, uma oportunidade para, finalmente, dedicarmos às questões sociais a atenção que estas merecem e justificam. O *Diagnóstico Social do Concelho da Maia*, promovido no âmbito da Rede Social, é um documento sério, que assume com clareza os principais problemas sociais do concelho da Maia: a escassez de equipamentos e serviços na saúde, na educação e na formação; as falhas em termos de habitação social, que não deixam de resultar também da pouca eficácia da aplicação dos programas de realojamento; os problemas ao nível do emprego; a falta de equipamentos e serviços sociais dirigidos aos idosos; os problemas sérios de exclusão e a inexistência de respostas sociais indispensáveis para ajudar a recuperação da toxicodependência e do alcoolismo e para apoiar os sem abrigo ou para acolher as crianças em risco.

2. É preciso encarar este quadro difícil com coragem e determinação. É por isso que consideramos profundamente infelizes as reacções do executivo a este "diagnóstico negro". Não faz nenhum sentido menosprezar o trabalho dos técnicos que o elaboraram ou negar as suas conclusões só porque elas não nos agradam. Como este executivo já

W
R
H
muito bem devia saber, esconder os problemas nunca é a melhor solução: eles acabam inevitavelmente por rebentar nas nossas mãos...

3. Não queremos contudo centrar a nossa intervenção na condenação desta atitude do executivo. O respeito pelas necessidades e sofrimentos das pessoas exige-nos uma postura construtiva: este "diagnóstico negro" não deve constituir um pretexto para discutir, mas sim uma oportunidade para construir compromissos e soluções sociais. O "Plano de Desenvolvimento Social do Concelho da Maia", elaborado também no âmbito da *Rede Social*, propõe algumas medidas meritórias, mas está longe de poder constituir, só por si, a alavanca necessária para responder às exigências sociais do concelho. Só com vontade e estratégias políticas claras é possível avançarmos decididamente no plano social. Nesse sentido, o Partido Socialista preconiza que a autarquia se constitua como um elemento fundamental da rede social e como um dinamizador e catalizador das múltiplas oportunidades e sinergias que resultam da acção articulada dos diferentes promotores sociais.

4. Para isso, defendemos que o executivo clarifique um marco referencial, que expresse as seguintes linhas estratégicas:

- Promover a igualdade de oportunidades para todos, a melhoria da qualidade de vida e a participação dos cidadãos.
- Tornar a planificação social e a prestação dos serviços mais próxima dos cidadãos.
- Assumir a liderança estratégica através da planificação e sistematização da acção social.
- Fixar um modelo organizativo dos serviços sociais concelhios.

5. É portanto necessário haver uma ideia clara sobre a organização dos serviços sociais do concelho. Na nossa opinião, estes devem constituir-se em tornos de três eixos articulados e interdependentes:

- **A Rede de Atenção Primária**, assente numa rede de centros cívicos e comunitários que, cobrindo todo o concelho e dotados de múltiplas valências e de equipas multi-profissionais, promovam planos, programas e projectos ajustados ao seu território social de inserção.
- **A Rede de Atenção Especializada**, suportada em equipas multi-profissionais preparadas para lidarem comunidades com problemáticas específicas ou com situações especialmente complexas: deficiência psíquica, sensorial e física; infância e adolescência em risco; toxicodependência e alcoolismo, violência doméstica; etc.
- **A Rede Social**, assente em processos alargados de cidadania e de participação das diferentes entidades sociais, com responsabilidades na concepção e desenvolvimento do trabalho das redes de atenção primária e especializada e na concretização de Projectos de Desenvolvimento Comunitário, estabelecidos tendo por referência os problemas e potencialidades de um determinado território do concelho.

6. O aperfeiçoamento destas redes é indispensável para que elas se possam constituir como motores do desenvolvimento social e como plataformas privilegiadas para a concretização de programas e projectos sociais de promoção europeia, nacional e municipal. Sem a sua consolidação não estaremos capazes de aproveitar convenientemente as oportunidades proporcionadas por diferentes programas de financiamento. Aliás, continua a não ser clara uma estratégia autárquica clara para aproveitar os fundos proporcionados pelo QREN, designadamente para que possam ser

✓ R
17

aplicados nestes domínios. Neste momento, já deveríamos ter avançado muito mais no estabelecimento de lógicas e de projectos supra-municipais significativos, que articulem as políticas sociais com as políticas urbanas, educativas, ambientais e de saúde.

7. Evidentemente, para avançar no plano das políticas sociais é necessário haver vontade e decisão políticas, é preciso ter uma ideia clara sobre a realidade existente e sobre o que se pretende e ser capaz de fazer opções, nomeadamente em sede orçamental. Ninguém se iluda: não é possível continuar a destinar à rubrica do departamento de Desenvolvimento Social apenas 10,5% das despesas!... Limitando desperdícios e despesas ostentatórias é possível, sem alargar o défice, reorientar despesas e promover o desenvolvimento social. É por isso que o Partido Socialista recomenda ao executivo que, em diálogo com a oposição, acompanhe o reforço das políticas sociais e da organização dos serviços sociais do concelho com uma reorientação das despesas dos próximos orçamentos, permitindo que, sem agravar o défice e considerando apenas as actuais responsabilidades autárquicas, o peso da dotação orçamental para a acção social cresça no mínimo 1% em cada um dos dois anos que restam para a conclusão deste mandato. É um desafio razoável e uma última oportunidade para darem às questões sociais a importância que elas merecem!

Assembleia Municipal da Maia, 28 de Março de 2007

Luis Rothes

Deputado Municipal do Partido Socialista

Introdução

No âmbito da discussão da Carta Educativa do Concelho da Maia, tive a oportunidade de delimitar as competências e correspondentes responsabilidades da Câmara Municipal da Maia, em matéria de Educação e Formação, procurando deste modo balizar a discussão aos legítimos e legais limites em que a mesma teria, e tem de se conter, para evitar a tentação de uma crítica à acção da autarquia para além do que é legal e moralmente exigível.

A discussão do diagnóstico social impõe a esta assembleia o mesmo rigor, quanto aos limites da discussão que hoje aqui vai ter lugar, responsabilizando a Câmara Municipal, apenas e tão só, no que diz respeito às suas competências, em matéria de combate à pobreza e à exclusão social, sob pena de sermos todos nós, sem excepção, acusados pela História, de termos sido os principais manipuladores da opinião pública, de induzirmos em erro a comunicação social e de criarmos falsas expectativas aos maiatos.

Feita esta breve advertência, que emerge como uma exigência ética no debate político, penso que se deve conduzir a análise do diagnóstico social do concelho da Maia, utilizando uma metodologia de pergunta-resposta, no sentido de saber quais são as causas dos verdadeiros problemas que assinalam fenómenos de pobreza e exclusão social, e quais as soluções ou estratégias de minimização que estão previstas no Plano de Desenvolvimento Social/Plano de Acção para o concelho da Maia. Ou seja, facilmente se compreende que a análise dos problemas, não pode fazer-se sem que simultaneamente nos debrucemos sobre as soluções propostas para

W
R
Hm

a sua resolução ou minimização, nem o apuramento das responsabilidades se pode fazer, sem que antes se identifiquem as causas dos problemas.

Quanto aos problemas, e atenta sua multidimensionalidade, seria demagógico, imputar a sua existência à responsabilidade exclusiva da Câmara Municipal, tanto mais que o próprio Programa da Rede Social, surge justamente, como consequência da ineficácia do modelo tradicional de Acção Social do Estado-Providência, acelerada pelo fenómeno da Globalização.

A confirmar o que acabo de dizer, Serge Allou, do Instituto Francês do Urbanismo, refere que a globalização enfraqueceu as capacidades de intervenção dos Estados nos processos de acumulação e de regulação, e obrigou os protagonistas político-institucionais locais a inventar soluções para promover o desenvolvimento económico dos seus territórios, de tal modo, que as cidades sob o risco de exclusão, viram-se coagidas a agir para serem atractivas, passando o *city marketing* a ser uma actividade estratégica.

Na Maia, desde que há cerca de vinte e seis anos, esta maioria foi sucessiva e democraticamente eleita para conduzir os destinos desta terra, a mesma maioria, antecipou o Futuro, investindo e criando condições estruturais para concorrer com os concelhos da área metropolitana, sendo hoje a Maia, reconhecidamente, um dos territórios mais atractivos e competitivos do País.

Não compreendo por isso, como é que se pode considerar o diagnóstico social da Maia uma radiografia negra!... De que cor serão os diagnósticos sociais de Gondomar, Valongo, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Matosinhos e, do próprio Porto? Talvez Cor de Rosa, que é, nos tempos que correm, uma cor que preocupa muito mais os portugueses do que a cor do luto!...

✓ R
17

Temos algumas dificuldades pontuais, nunca o negámos. Mas quem não os tem? Digam-me Senhores Deputados, se Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Vila do Conde, Gondomar, Valongo, não têm famílias à espera de casa, alunos que abandonam a escola, toxicodependentes, desempregados, munícipes sem médico de família, etc...

Eu não consigo compreender como é que estes problemas sendo transversais à sociedade portuguesa, e sendo ainda mais graves, como resulta do diagnóstico social, na área metropolitana e até no país, tenham sido notícia, apenas na Maia.

Pobreza relativa, infelizmente existe no mundo inteiro. Sobretudo nos países mais ricos, em que se é pobre quando não se possui um automóvel. Mas, convenhamos que a pobreza é produzida pelo próprio sistema económico, e que cabe ao sistema político combatê-la e reduzi-la.

Pretender imputar responsabilidades ao elo mais fraco do sistema político, ao poder local, por um efeito decorrente das contradições do sistema económico, é ignorância ou pura demagogia.

O próprio diagnóstico social o reconhece quando na página 165, se lê: “(...) a pobreza no concelho, como no resto do país, surge como resultante do tipo de desenvolvimento sócio-económico que se tem vindo a verificar, sendo os números de beneficiários do Rendimento Social de Inserção expressão dessa realidade (...)”

As causas da pobreza e da exclusão social são, em primeira linha, resultado de uma economia desumana, orientada exclusivamente pelo lucro e pela impotência dos Governos e do Poder Central para corrigir as

assimetrias sociais decorrentes das diferentes posições que os indivíduos ocupam no aparelho produtivo.

✓
or
Hm

O que uma Câmara Municipal pode fazer, para combater este fenómeno reproduzido ao longo da História da Humanidade em todos os sistemas económicos, a partir do escravagismo, é estruturalmente muito pouco.

Apesar desta limitação, a Câmara Municipal da Maia sempre fez e continua a fazer muito, dando apoio a todas as instituições de solidariedade social, construindo habitação social, subsidiando os mais desfavorecidos, de que é exemplo o subsídio de alimentação e o subsídio para aquisição de material escolar atribuídos no âmbito da Acção Social, aos alunos pertencentes às famílias de mais baixos rendimentos.

Diga-se ainda que a inexistência de uma Rede Pública de equipamentos sociais, não corresponde a nenhuma lacuna da política social da Câmara Municipal da Maia. É uma clara opção ideológico-política, da redução da acção do Estado ao mínimo, que a fórmula "Menos Estado e Melhor Estado" exprime. Que não hajam confusões. Não somos socialistas. Somos sociais democratas e democratas-cristãos.

O diagnóstico social do concelho da Maia é concerteza um dos menos preocupantes do país. O que acontece é que, tal como numa auto-estrada em que uma pequena irregularidade do piso é sentida como um enorme buraco, também na Maia a existência de uma família sem casa, um toxicodependente, um menor em risco, um aluno que abandona a escola, etc... são situações de tal modo empoladas pela Oposição e por uma certa comunicação social, que se transformam numa tragédia!....

Ainda bem que é assim. É porque de facto, os problemas de exclusão social e de pobreza não são tão negros como a Oposição e certos jornais estão apostados em torná-los.

Não vou, para justificar a forte atractividade do concelho da Maia, repetir os indicadores que todos conhecemos e que o diagnóstico confirma, designadamente: o crescimento exponencial da população a partir de 1991, que permitiu ao nosso concelho até 2001, albergar mais 40.000 indivíduos e atingir actualmente cerca de 135.000; não vou enunciar que continuamos a ter uma das taxas mais baixas de desemprego da área metropolitana, da Região Norte e, do País, (apesar de há menos de um ano se ter acentuado, por incapacidade do Governo socialista em manter o emprego e criar novos postos de trabalho), pelo que tal fenómeno é transversal a todo o país, apesar do Primeiro-Ministro dizer o contrário; não vou sequer invocar o número elevado de licenciados; o menor índice de envelhecimento da população e um dos maiores índices de rejuvenescimento, se comparados com os índices nacionais, porque todos esses dados estão no diagnóstico social e V. Ex.as., Senhores Deputados, analisaram-nos, acredito, com todo o cuidado e rigor.

Vou, isso sim, centrar-me no significado do conceito de diagnóstico social e no seu conteúdo fundamental, assim como no modelo de parceria proposto pelo Programa Rede Social, como a estratégia mais adequada para combater a pobreza e a exclusão social.

O diagnóstico social

O grupo de trabalho que elaborou o diagnóstico social, teve o cuidado de, após referir o carácter multidimensional dos ciclos da pobreza e da

exclusão social, definir o diagnóstico social como “um instrumento de trabalho na luta contra a pobreza e exclusão social.”

W e
Hm

Ao identificá-lo como uma ferramenta de trabalho e como parte da solução dos problemas detectados, o grupo de trabalho frustrou as expectativas dos que pretendiam reduzi-lo a um **Inquérito** para apurar os responsáveis pelos fenómenos da pobreza e da exclusão social, como a Oposição será tentada a considerá-lo. Mas, Senhores Deputados, se o quiseram conceber como um Inquérito, estão à vontade para o fazer, pois, se fizeram uma análise objectiva e séria, concluirão que os problemas da Maia são os problemas do país reduzidos a 1/3, a 1/2. É só fazer as contas.

Face a estes números quem serão os verdadeiros responsáveis pelos fenómenos de pobreza e de exclusão social? Se o problema é nacional o que se pode concluir? Quem define as políticas de âmbito nacional? Não é a Câmara da Maia concerteza.

Senhores Deputados, não concebemos a política como um mero jogo de conquista do Poder, como me parece estar a acontecer com o partido socialista, cuja única acusação que tem conseguido fazer-nos, é apelidar-nos de maioria de direita e conservadora.

Espero que os ilustres deputados do P.S. sejam capazes de elevar o nível do debate político ao plano das ideias e dos projectos e, se assim for, então esta assembleia sairá dignificada, o público será esclarecido, e a comunicação social não terá desculpas para não ser isenta e objectiva na análise da realidade social do concelho das Maia, assim como das propostas de solução e minimização apresentadas no Plano de Desenvolvimento Social.

W
R
J

CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CONCELHO

O diagnóstico social reconhece a forte atractividade do concelho da Maia, devido sobretudo à existência de grandes empresas localizadas na zona Industrial Maia I, que constituem fortes pólos de emprego, e que fazem com que:

- O índice de envelhecimento no concelho esteja ainda muito longe do índice nacional, e que a taxa da capacidade de rejuvenescimento da população activa (171,8%) seja superior às da Área Metropolitana, da Zona Norte e à do próprio País (143%).
- A taxa de densidade populacional da Maia seja muito superior à do Grande Porto e à taxa nacional.
- O número de pessoas que vêm para a Maia seja mais do dobro das pessoas que saem do concelho.
- Porquê Senhores Deputados se as casas até são mais caras?
- A Maia é, por isso, um concelho com futuro.

O diagnóstico social reconhece também que a Câmara Municipal da Maia tem encetado esforços para o desenvolvimento social, construindo habitação social ao abrigo do PER, assim como através do desenvolvimento de projectos com o objectivo de:

- **Promover o sucesso escolar e combater/prevenir o absentismo, o abandono escolar, os maus tratos e os comportamentos desviantes (Programa Maia Não Desiste; O Programa Ser Criança);**
- **Desenvolver actividades de complemento curricular (aulas de inglês e de informática, expressão artística; formação familiar). Neste domínio fomos dos primeiros concelhos em que os alunos do 1º Ciclo começaram a ter aulas de inglês e de informática.**

Reconhece ainda que o Departamento de Desenvolvimento Social da Câmara da Maia tem aumentado o número de técnicos.

E refere objectivamente que o número das IPSS tem aumentado nos últimos anos, com o consequente aumento dos equipamentos e respostas sociais, assim como o número de técnicos de intervenção social.

DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO

EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Da análise deste domínio conclui-se que:

- **A Maia é um território desenvolvido e competitivo porque a maior parte das empresas pertencem ao sector terciário (67%).**
- **A taxa de desemprego (7,2%) é cerca de metade da taxa nacional (13,95).**

Apesar destes indicadores, é de alguma preocupação o facto de o poder de compra na Maia ter aumentado entre 1995 e 2002, mas ter sofrido uma diminuição de 118,19 para 105,77 entre 2004 e 2002, sendo inferior ao Grande Porto, mas superior à Zona Norte. **Não me digam, Senhores Deputados,** que a perda do poder de compra é da responsabilidade da Câmara Municipal!...

Após elencar os problemas do emprego e do desemprego, o diagnóstico social enumera as determinantes ou causas destes problemas nacionais, o que nos permite concluir que as mesmas são sobretudo resultantes, quer da conjuntura de crise económica em que o país está mergulhado, quer das políticas erradas ou das omissões do Poder Central, quer até de factores educacionais e culturais.

EDUCAÇÃO

Da análise deste domínio conclui-se que no concelho da Maia:

- **A taxa de analfabetismo (4,8%) é inferior a da Área metropolitana do Porto (5,3%).**
- **A taxa de população com o Ensino Secundário (8,4%) e com o ensino superior (7,75%) é superior às taxas da Área Metropolitana do Porto, que são de (7,6%) e (7,5%) respectivamente.**
- **A Câmara Municipal, atribui subsídios aos alunos do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, pertencentes às famílias mais carenciadas, para a aquisição de livros e material escolar, acesso às novas tecnologias (aulas de informática), e comparticipa a totalidade das refeições.**

- Funcionam seis cursos de Educação e Formação de adultos.
- Em 2004 funcionaram, no âmbito da formação extra-escolar, três cursos de alfabetização.
- Apresenta níveis mais baixos de Abandono Escolar (1,85); Saída antecipada (19,65); Saída Precoce (445) e Retenção global (16,8%), comparativamente com o Grande Porto e com Portugal Continental.

Apesar destes indicadores positivos, o diagnóstico social identifica alguns problemas, que resultam sobretudo do acréscimo brutal da população no nosso concelho, tais como:

- A insuficiência de equipamentos ao nível da educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo.
- Como sabemos, a Câmara Municipal tem investido o que pode na construção de escolas e no seu apetrechamento, como tivemos ocasião de verificar aquando do périplo que fizemos por algumas escolas do nosso concelho, mas a procura é muita. A procura é muita, porque a generalidade das escolas do Pré-escolar e do 1º Ciclo oferecem boas condições, ainda que se verifiquem algumas carências.
- Mas em que concelhos é que não existem carências de equipamentos escolares?
- Falta de condições físicas e materiais para se alargar o ensino recorrente a todas as freguesias.

Outros problemas, como a iliteracia, o analfabetismo funcional e os baixos níveis educativos, são resultantes de factores culturais, de uma maioria da população sem hábitos de leitura, e de um Ministério da Educação que durante décadas não se preocupou e que continua a não se preocupar com a formação ao longo da Vida.

INTERVENÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA

Neste domínio, o diagnóstico reconhece que as IPSS prestam apoio a diversos grupos etários desde a primeira infância até à terceira idade, mas conclui que é insuficiente a taxa de cobertura da Rede Social.

Senhores Deputados, digam-nos em que concelho da Área Metropolitana do Porto é que a taxa de cobertura dos equipamento sociais é suficiente?

O diagnóstico social tem uma grave lacuna. O diagnóstico limita-se a comparar percentagens entre a Maia, a Área Metropolitana do Porto e a Zona Norte, e nem sempre o faz. No caso dos equipamento sociais não o faz. Porquê? Fica uma pergunta por responder.

A apreciação política de um território, nos seus diversos sectores, só tem algum significado político se os dados desse território forem confrontados e comparados com territórios da mesma área geográfica. O diagnóstico social da Maia, não pode ser apenas a análise dos dados relativos ao concelho da Maia. Terá de ser também uma análise contextualizada e comparativa, alicerçada em dados concretos relativos ao concelho da Maia e aos concelhos circunvizinhos.

A relatividade da verdade é essencial para podermos julgar.

Julgar de forma absoluta uma qualquer realidade é o procedimento próprio do pensamento totalitário.

Sei que não foi essa a intenção do grupo de trabalho, mas pode ser uma tentação, ainda que inconsciente, para a Oposição, se não tiver o cuidado de confrontar algumas carências pontuais que ainda existem no nosso concelho, com os graves problemas sociais que afectam alguns concelhos nossos vizinhos.

De resto, se assim não fosse, a Maia não poderia ser considerada o 3º concelho que oferece melhor qualidade de vida, e o governo socialista de José Sócrates não teria considerado o concelho da Maia como território não prioritário em matéria de investimento na área social, no âmbito do Programa Escolhas e do Programa Pares, a que concorreram a Câmara Municipal, algumas juntas de freguesia, como a Junta de Moreira e algumas IPS'S.

SAÚDE E DEPENDÊNCIAS

Neste domínio, da responsabilidade exclusiva Governo Central, se há Câmara Municipal que tudo tem feito para ajudar o Governo a resolver o problema das instalações dos centros de saúde, é a Câmara da Maia.

Recentemente, como sabemos, o executivo camarário decidiu ceder instalações propriedade da Câmara Municipal, ao Ministério da Saúde, para ali ser instalado o novo Centro de Saúde da Maia e a Extensão de Saúde de Vermoim.

✓
a
17

Assinale-se ainda o significativo contributo da Junta de Freguesia da Vila de Moreira, que cedeu parte das suas instalações para que fosse possível instalar a moderna Unidade de Saúde Familiar de Pedras Rubras.

Se há responsáveis pela falta de instalações, médicos de família, cuidados de saúde em geral e, se por tais carências aumentam os comportamentos de risco, como o alcoolismo e a toxicodependência, só ao governo Central devem ser imputadas responsabilidades.

Portanto no que à Saúde e Dependências diz respeito, penso que nenhuma responsabilidade deve legitimamente atribuir-se à Câmara Municipal da Maia, para além de que, o Ministério da Saúde estabeleceu um conjunto de parcerias com diferentes instituições e IPSS do concelho, como por exemplo com a Santa Casa da Misericórdia, a Cruz Vermelha, o Lar de Santo António e a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, cujo empenho e trabalho no domínio da Acção social são sobejamente conhecidos, mas, contraditoriamente, nem sempre reconhecidos.

AMBIENTE

No domínio do ambiente, a Maia foi um dos dez municípios que foram **galardoados com a bandeira verde no Projecto Eco XXI**. Está tudo dito. Não vou repetir o que todos já sabemos, apesar de haver ainda algumas intervenções a levar a cabo, designadamente, a requalificação das linhas de água e de certas matas. Pormenores Senhores Deputados. O essencial fizemos primeiro que os outros. Estamos na frente do pelotão. Só é cego o que não quer ver.

Como vêem, Senhores Deputados, os problemas ambientais na Maia, são pequenos luxos, se comparados com os gravíssimos problemas de falta

de saneamento básico que ainda afligem alguns concelhos da Área Metropolitana, inclusivé o próprio concelho do Porto.

✓ 82
Fm

Como dizia Churchill "Os homens tropeçam por vezes na Verdade, mas a maior parte torna a levantar-se e continua depressa o seu caminho, como se nada tivesse acontecido."

REDE SOCIAL/PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O programa Rede Social assente no princípio da parceria, e o Plano Nacional de Acção para a Inclusão, são a prova evidente de que tínhamos razão quando defendemos, que não temos um conceito assistencialista e centralista de acção social, que apenas provoca subsidi dependência, nem concebemos a política social desligada das demais políticas, designadamente da política económica, e da política educativa, nas suas componentes de criação de Emprego, Educação e de Formação Profissional. Ainda bem que o Governo pensa da mesma maneira. Congratulá-mo-nos por tal facto.

O Plano de Desenvolvimento Social da Maia confirma este trabalho de parceria em rede, assim como a integração das diferentes políticas, saúde, educação, emprego, formação profissional, como estratégia adequada para combater a pobreza e da exclusão social, dada a natureza multidimensional destes problemas.

Este novo modelo de trabalho em rede, é o oposto do modelo estatista e centralista do Estado Providência, que pouco a pouco vai cedendo lugar a uma nova forma de Estado, a um Estado-Garantia, cujo Poder se vai descentralizando e tornando-se por isso mais eficaz.

É pena que o governo do partido socialista confunda descentralização com desconcentração e que, ao mesmo tempo que atribui mais competências e responsabilidades ao Poder Local, aprove uma Lei das Finanças Locais que o asfixia.

A História acabará por impor a descentralização e até a Regionalização, assim nós saibamos aproveitar as oportunidades de mostrarmos que fazemos melhor do que Lisboa porque conhecemos melhor a nossa terra e as nossas gentes.

Combater a pobreza e a exclusão social tem de ser um designio nacional. Uma tarefa de todos. Nenhuma força política ou instituição social se pode demitir do trabalho que lhe cabe.

A Câmara Municipal da Maia, merece o apoio de todos, mau grado a diferença de opções político-ideológicas consubstanciadas nos diferentes projectos políticos.

A responsabilidade de tamanha empresa é de todos os parceiros, cabendo à Câmara Municipal o papel de organismo coordenador do trabalho a realizar.

Mário Duarte (Coligação Primeiro as Pessoas)

Doc 6 R
17h

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhores Secretários,
Senhores Deputados,
Senhores Vereadores,
Senhores Jornalistas,
Minhas Senhoras e meus Senhores.

As minhas primeiras palavras são de felicitação ao senhor Vereador, Doutor Nogueira dos Santos e à sua equipa, pelo excelente trabalho desenvolvido, patente na qualidade dos documentos que nos foram presentes.

Os dados e elementos estatísticos, neles contidos, encontram-se suportados em fontes de inegável credibilidade como é sem sombra de dúvida o Instituto Nacional de Estatística – INE – uma instituição prestigiada, que não permite que acerca dos respectivos indicadores, se pretendam efectuar distorções à informação prestada, com o objectivo de a manipular.

Apenas irei concentrar a minha intervenção em quatro áreas fundamentais e que constituem a matriz deste diagnóstico social:

- 1. Educação,**
- 2. Abandono Escolar,**
- 3. Acesso à Saúde e**
- 4. Habitação Social.**

Podemos constatar que em todas o concelho da Maia ocupa uma posição claramente favorável não só relativamente à média da Grande Área Metropolitana do Porto, como de forma ainda mais vincada, daquele que é patente em todo o país.

Como todos deverão compreender, estes valores, não nos confortam, pois para a Coligação Primeiro as Pessoas, enquanto houver um desempregado, um doente sem médico de família, um agregado familiar sem um alojamento condigno, uma Escola sem uma excelência de qualidade educativa, um jovem que abandona precocemente a escola; não poderemos deixar de estar insatisfeitos.

Esta é a nossa postura perante estes e todos os problemas.

Para nós a existência de um problema, constitui sempre uma oportunidade de fazer mais e melhor.

A Coligação Primeiro as Pessoas enfrenta as dificuldades com clareza e determinação e encara-as sempre com elevado sentido de responsabilidade.

Por estas razões nós constituímos o CLAS, a Rede Social, as Comissões Inter-freguesias.

A nossa oposição enfrenta o mesmo problema como uma ameaça, espelhada no "quadro negro", repetidamente traçado, e numa atitude de verdadeiro "lamechas" que não sabe o que fazer, senão crítica destrutiva, assente no discurso do "bota-abaixo" a que já nos habituou.

É nisto que cada vez mais nos distinguimos.

Perante um qualquer problema, nós enfrentámo-lo de forma séria, rápida e com eficácia; a nossa Oposição adopta a tática do senhor Engenheiro Guterres, que atirava com dinheiro para cima dos problemas, como método para os iludir e silenciar.

Porém, como agora não há dinheiro, toma uma atitude diferente. Pretende reintegrar, e bem, 90% das 107 mil famílias que recebem o Rendimento Social de Inserção. Vou aguardar serenamente a sua concretização, pois chegou ao fim o tempo de atirar com dinheiro para cima dos problemas.

Este não foi, não é e jamais será o nosso antídoto para resolvermos os problemas. Estão lançados os instrumentos de combate, suportados no apoio da segurança social e de todos os outros parceiros, para de forma serena e responsável, enfrentarmos os problemas diagnosticados.

Muito Obrigado.

Maia, Paços do Concelho, 28 de Março de 2007

Joaquim Manuel Marques Gonçalves



Partido
Socialista

Doc. 7 ✓
Ph

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhores Secretários

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhores Vereadores

Senhores Deputados

Comunicação Social

Estimado Público

Muito mais do que o que já ouvimos e lemos sobre o conteúdo deste documento poderia aqui ser dito.

Cada uma das áreas elencadas neste diagnóstico justificaria seguramente que lhe fosse dedicada uma destas sessões.

Os problemas aqui evidenciados são razão mais do que suficiente para que os maiatos tomem consciência de que afinal os padrões de excelência que a autarquia tem vindo a apregoar toldam muitas vezes a dureza da realidade enquanto iludem a opinião dos mais desatentos.

Não basta crescer para se ser grande. Para que a Maia seja grande é necessário que também se desenvolva de forma equilibrada em todas as dimensões sociais.

Não pretendendo o Partido Socialista vir aqui mais uma vez confirmar ou reinterpretar dados que são óbvios, muitos dos quais reincidentes nas preocupações que tem trazido a esta Assembleia, aproveita a oportunidade para lembrar simplesmente um assunto a que este documento dedica uma escassa página e meia (116 e 117) mas que é de extrema importância.

A população portadora de deficiência.

No Concelho da Maia, segundo este estudo e os Censos de 2001, há 6628 pessoas portadoras de deficiência, o que representa 5,5% da sua população total, contudo, existem apenas duas instituições que, no conjunto das suas valências, prestam apoio não chega a 80 pessoas com alguns tipos de deficiência. Equipamentos manifestamente insuficientes para um universo tão preocupante.



Em 27 de Setembro de 2006, por altura da realização da 4.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, um dos pontos do período da ordem do dia era justamente uma proposta de recomendação à Câmara Municipal da Maia para a criação do Provedor do Cidadão com Deficiência, apresentada pelo Senhor Presidente desta Assembleia. Esta proposta foi unanimemente acolhida, amplamente elogiada por todas as forças políticas e encarada por todos os membros desta assembleia, tal como foi apresentada pelo seu proponente como uma iniciativa supra partidária, tendo em consequência merecido aprovação por unanimidade.

Naturalmente os dados aqui expostos, já naquela altura terão estado na base da ideia de criar o referido Provedor. Dizemos ideia porque disso, ao que sabemos, não passou.

Neste momento o Partido Socialista considera oportuno pedir à Câmara Municipal que informe esta Assembleia sobre a criação do tão desejado Provedor do Cidadão Deficiente.

O grupo Parlamentar do PS

Maria Luísa Barreto

A Cimeira de Copenhaga, em 1995, conferiu ao Desenvolvimento Social uma maior preponderância a nível europeu e veio alterar o quadro de referência e paradigma de acção no que diz respeito ao direito ao emprego, à erradicação da pobreza e à promoção da integração social.

Nesse sentido, o paradigma de acção para a erradicação da pobreza passa por práticas concertadas e articuladas entre as várias instituições públicas e privadas sem fim lucrativos. O problema da pobreza e da exclusão social é um problema que não pode ser vista de forma isolada, e como tal, a sua responsabilidade e a sua erradicação tem de ser vista de forma multidisciplinar.

A Câmara Municipal da Maia, tal como no passado, procurando dar o seu contributo para a promoção do desenvolvimento municipal dos seus munícipes aderiu ao programa da Rede Social.

Hoje, estamos nesta Assembleia, por proposta da maioria, a discutir o Diagnóstico Social do Concelho da Maia.

Somos, talvez, das poucas Assembleias Municipais do país a ter discutido este Diagnóstico Social com tanta profundidade e fazemo-lo, realço uma vez mais, por proposta da Coligação "Primeiro as Pessoas".

Este diagnóstico, tal como o princípio que lhe está subjacente, foi elaborado no sentido de identificar os problemas, mas também, analisar as potencialidades para dar resposta a esses problemas.

Como um dos principais problemas elencados neste diagnóstico está o desemprego. Todos sabemos que o desemprego está absolutamente associado aos fenómenos de pobreza e exclusão social, sendo o seu primeiro responsável.

O concelho da Maia, apresenta uma taxa de desemprego de que a coligação não se orgulha. No entanto, ao contrário do que já foi plasmado em anteriores Assembleias Municipais por deputados da oposição, associar a elevada taxa de desemprego à acção municipal é não só errado, mas profundamente pouco ético.

Será este executivo municipal responsável pela recessão económica que se tem verificado a nível mundial e, consequentemente, a nível nacional?

Será este executivo municipal responsável pelo incumprimento da promessa eleitoral do Eng.º Sócrates de criação de 150 mil novos postos de trabalho? E a promessa de redução do desemprego?

Este executivo municipal é, com certeza, responsável pela criação de uma zona industrial que é referência a nível nacional; é responsável, ainda, pela criação do Parque Tecnológico da Maia; é responsável, também, pela criação de condições para a instalação de empresas no concelho.

No entanto, em comparação com dados referentes aos concelhos nossos vizinhos, vemos que a taxa de desemprego na Maia, ~~infelizmente~~, não difere da verificada no Grande Porto, sendo inclusive + baixa

Será este executivo municipal responsável pelos baixos ~~os~~ níveis de escolaridade e qualificação da população? Será que este, infelizmente, não é um problema competitivo do país como um todo e não somente do nosso concelho?

Neste aspecto não posso deixar de realçar como muito positivas as mais recentes medidas anunciadas pelo Governo, no que diz respeito às alterações no Rendimento Social de Inserção, bem como ao anúncio efectuado hoje, pelo Primeiro Ministro, num maior investimento na área da formação.

No que diz respeito à rede de transportes, ainda recentemente, discutimos nesta Assembleia as alterações que a Sociedade de Transportes Colectivos do Porto fez à sua rede, com reflexos também no nosso concelho.

Será este executivo municipal o responsável destas alterações, ou terá sido a drástica redução das indemnizações compensatórias por parte do Governo para os STCP que levou à alteração referida?

Será, ainda, este executivo municipal responsável por uma lei de emissão de licenças às transportadoras datada de 1957 e completamente desactualizada, face às necessidades actuais?

Será este executivo municipal responsável pelo adiamento e/ou cancelamento do prolongamento da linha amarela do Metro que iria servir o nosso concelho?

No que diz respeito à habitação social, até este momento já foram concluídos 1142 fogos, dos quais 1110 já foram entregues.

✓ 82
1/2

Haverá tantos municípios, no país, que tenham, no âmbito do PER entregue tantos fogos como a Maia? Possivelmente haverá. Não muitos com certeza. O que não haverá é municípios a terem construído fogos com tanta qualidade. Isto é promover a integração social. Isto é promover o desenvolvimento social senhores deputados.

E já que falamos de qualidade, que tal falarmos de qualidade de vida? Todos sabemos que a área do Ambiente está intimamente relacionada com a qualidade de vida.

Haverá municípios que tenham feito tanto nesta área como o nosso? Que tenham estado sempre na vanguarda da defesa de um ambiente melhor como nosso?

Haveria muito mais a falar sobre o Diagnóstico Social do Concelho da Maia, mas penso que o essencial está plasmado na minha intervenção.

Mesmo com todo este quadro negro que a oposição tem procurado traçar com o Diagnóstico Social, o que é um facto inquestionável, é o facto de sermos, no contexto da Área Metropolitana, um concelho atractivo, o que é demonstrado pela taxa de crescimento populacional que apresentamos nas últimas décadas.

Gostava de cumprimentar a câmara pelo trabalho que nos é presente e pelo facto de ser o elo de ligação na criação de parcerias com vista à erradicação do flagelo que dá pelo nome de pobreza e exclusão social.

hi f f 2

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal
Exmo. Sr. Presidente e Srs. Secretários da Assembleia Municipal
Exmos. Srs. Vereadores
Exmos. Srs. Presidentes de Junta
Exmas. Sras. e Srs. Deputados
Srs. Membros da Comunicação Social
Estimado público

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Hoje temos oportunidade de discutir o Diagnóstico Social bem como a Rede Social do nosso Concelho.

A primeira constatação que se faz é que ***"a Câmara Municipal da Maia tem fomentado a criação de práticas concertadas e articuladas entre as várias instituições públicas e privadas sem fins lucrativos por forma a congregar esforços no combate a estes problemas"*** in Diagnóstico Social

O principal princípio, da Rede Social ***"reside na necessidade de mobilizar e responsabilizar toda a sociedade civil"*** in Diagnóstico Social

O Diagnóstico Social é um instrumento de trabalho na resolução dos problemas sociais. A Maia é um Concelho referência nos padrões de qualidade de vida, no entanto também tem os seus problemas e que necessitam de resolução. Deve-se efectuar a análise destes documentos, responsavelmente, não só de *"per si"* mas contextualizando-o com a área metropolitana do Porto e com o País.

A Maia é um Concelho com forte presença industrial, fruto da visão e trabalho desta Câmara que em seu tempo criou e construiu a melhor zona industrial do noroeste peninsular, no entanto consegue manter bem presente uma mescla de ruralidade que lhe dá as condições para ser efectivamente um Concelho atractivo quer para as empresas quer fundamentalmente para as pessoas que têm procurado a Maia para viver (+29%) de 1991 a 2001. Esta realidade está bem presente neste Diagnóstico Social, quando diz: ***"Os índices de crescimento dão mostras que este poderá vir a ser continuado"***. in Diagnóstico Social

Este crescimento é marcadamente jovem com a principal faixa etária a residir no Concelho compreender os 26-44 anos.

w h
1-2h

O País passa por uma situação económica difícil, e a Maia também não foge a esse cenário nacional mas também podemos dizer que os números referem que comparativamente com a restante área metropolitana e acentuadamente com o resto do País o Concelho da Maia é de facto um dos Concelhos onde os problemas são em menor escala.

ch "A Maia aparece assim, como um Concelho de grande actividade quando comparado com as áreas geográficas analisadas, a saber AMP e País" (3) in *linguística* *h*

Mas vamos então debater duas áreas vitais para qualquer sociedade e também o são para a realidade Maiata como o são a Educação e a Saúde.

A educação é a trave mestra do desenvolvimento de qualquer sociedade. A Maia tem um historial de acção nesta área bastante acentuado. É certo que ainda persiste uma realidade de analfabetismo (4,8%) mas inferior à média da área metropolitana (5,9%) e cerca de **METADE (8,3%)** da média da zona Norte sendo de referir um decréscimo da mesma taxa no período estudado (1991-2001).

Tenho de referir que a percentagem de população com Ensino Superior na Maia é de 7,7% ligeiramente superior à da área metropolitana do Porto e significativamente superior à media da região norte. Nos demais graus de qualificação os números não diferem da realidade metropolitana mas são francamente melhores comparativamente à restante região norte.

O Concelho da Maia tem uma população estudantil que ronda os 14782 alunos do ensino oficial público, dividindo-se por 1237 crianças na **educação pré-escolar**, 4964 alunos a frequentar o **1º ciclo do Ensino Básico** – estas são as **área de dependência directa da Câmara Municipal**, ao que se juntam 8581 alunos pelo 2º e 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário.

O ensino Pré-escolar tem uma rede de 134 salas de aula distribuídas por todo o Concelho ao serviço da população. A taxa de ocupação nesta área do pré-escolar ronda os **75%**.

✓ a
12

O Ensino Básico do 1º ciclo apresenta alguns problemas no que concerne à Taxa de ocupação, tendo o Concelho uma taxa de ocupação superior a 100% (104,4%), em algumas freguesias bastante superior, mas este facto ocorre pela mudança sucessiva de estratégias delineadas pelo Ministério da Educação sempre que muda um governo. Com a mudança de governo foram adoptadas novas medidas e estratégias nomeadamente o alargamento do período de permanência dos alunos na escola durante o dia todo. Este facto é que levou a que esta situação se verifique no momento mas que está paulatinamente a ser alvo de correcção. No entanto existem 201 salas de aula divididas pelos vários agrupamentos escolares de todo o Concelho.

A taxa de escolarização é outro dos problemas detectados, onde em algumas idades são menos as crianças a frequentar a escola que as crianças com a mesma idade que residem no Concelho. Esta situação ocorre em virtude de os pais levarem os filhos para uma escola perto do local de trabalho, logo as crianças saem do Concelho para estudar, a percentagem menor, diria mesmo residual, refere-se a situações muito específicas de abandono escolar.

O abandono escolar, na Maia, é de 1,8% (idades dos 10-15 anos que não concluíram o 3º ciclo do ensino básico).

A saída antecipada é de 19,6% (alunos com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos que não concluíram o 3º ciclo do ensino básico)

A saída precoce é de 38,8% (alunos com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos que não concluíram o ensino secundário)

TODOS ESTES VALORES SÃO MELHORES QUE OS DO GRANDE PORTO E DE PORTUGAL CONTINENTAL.

Os índices de aproveitamento são de 63,7% ligeiramente menos 0,5% que a média do Grande Porto mas acima da média de Portugal Continental (60,0%)

A Maia é um Concelho que tem como prioridade a acção em prol das pessoas. Como? Poderão perguntar.

✓ 4
1/2h

No ensino Pré-escolar:

Tendo 91,4% de cobertura de refeitórios/cantinas escolares e servindo cerca de 20900 refeições por mês;

Atribuindo um subsídio de 20€ (Euros) por aluno por cada ano civil destinado a Material Didáctico, pedagógico, audiovisuais e comunicações – 26 300 € por ano;

Disponibilizando 96 Auxiliares de Acção Educativa do quadro camarário para o acompanhamento e supervisão das crianças.

No 1º Ciclo do Ensino Básico:

Tendo 95,3% de cobertura de refeitórios/cantinas escolares, estando em fase de projecto a extensão desta rede a EB1 da Agra e EB1 de Vilar de Luz.

São servidas 104980 refeições por mês, onde a Câmara Municipal subsidia a TODOS os alunos 0,40 € por refeição.

Os alunos carenciados (beneficiários de escalão A e B) tem uma subsidiação de 100%, ou seja a CMM paga as refeições a estas crianças – cerca de 31180 refeições.

O investimento em Refeições, na rede pública do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico é de 71902,80€¹⁴³ e supervisionado por nutricionistas como forma de promover os bons hábitos alimentares.

Atribuindo um subsídio de 22€ (Euros) por aluno por cada ano civil destinado a Material Didáctico, pedagógico, audiovisuais e comunicações correspondendo a 114 422 € por ano;

Subsidiando a aquisição de livros e material escolar com 50 € por aluno beneficiário de escalão A (1213 alunos) e 25 € por aluno de escalão B o que dá um investimento de 65 300 € por ano lectivo.

Colocação de 96 Auxiliares de Acção Educativa nas escolas do 1º ciclo, para o acompanhamento e supervisão das crianças, ao abrigo do Programa Ocupacional

Um Programa de Actividades de enriquecimento curricular onde são oferecidas actividades nas seguintes áreas:

Actividade Física e Desportiva;
Expressão Musical;
Expressão Plástica;
Expressão Dramática;
Informática;
Inglês (oferta obrigatória para o 3º e 4º anos)

Uma equipa de 164 profissionais devidamente qualificados. A adesão Concelhia é bastante positiva e ronda os 80%.

Tem de se referir que algumas destas actividades, nomeadamente a actividade desportiva, a informática e o inglês, já decorriam antes da existência deste despacho realizado por este governo em Julho do ano passado. Mais uma vez a Maia foi vanguardista e inovadora.

Estas actividades de enriquecimento curricular levaram a mais investimentos em laboratórios de informática e manutenção de edifícios onde o valor investido anualmente em obras de manutenção referentes a reparações pontuais nos edifícios e com elementos de segurança (Planos de Emergência da responsabilidade das escolas) do parque escolar ronda os 100000 €

A preocupação com os transportes adaptados para crianças e jovens é uma realidade efectiva com o transporte de 90 crianças e jovens em autocarros e carrinhas devidamente equipadas e pessoal auxiliar de apoio ao transporte e respectivos motoristas.

No Ensino obrigatório a CMM subsidia o transporte a 100% e no Ensino secundário subsidia 50% quando a distância entre a residência do aluno e o estabelecimento de ensino é superior a 3 Km.

O ensino recorrente e educação de adultos também são importantes, existindo 6 cursos de educação e formação de adultos que se desenvolvem em instituições particulares ao abrigo do PROGRAMA OPERACIONAL EMPREGO, FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (POEFDS) e envolvem 81 formandos distribuídos pelo 2º e 3º ciclos.

Esta é a política educativa seguida pela Câmara Municipal onde a criação e disponibilização das melhores condições para ensinar e aprender ao serviço da Comunidade Maiata são a prioridade.

Evidentemente que existem problemas, mas a questão não são os problemas mas sim se existem ferramentas que leve à resolução dos problemas e aí consideramos que sim.

O Programa Maia não desiste que promove o Sucesso escolar, intervém ao nível do absentismo e previne o abandono escolar que tem 134 processos em curso.

O Programa de Combate ao Abandono Escolar (PIEF)

Reduziu de 12,5% para 1,8% de 1991 a 2001

O Projecto Novos Laços, de intervenção comunitária com salas de estudo, acompanhamento psicológico e psicopedagógico aos utentes, formação parental, gabinete de acompanhamento local, encaminhamento escolar e profissional, gabinete de apoio à vítima de violência doméstica em parceria com a Associação Novo Rumo, distribuição de cabazes do banco alimentar.

Este projecto envolve 73 crianças e jovens e 500 famílias

A aposta no desporto escolar, a construção de piscinas e equipamentos desportivos como incentivo à prática desportiva para promoção dos bons hábitos de saúde

Na SAÚDE

A responsabilidade desta área é fundamentalmente da Administração Central, no entanto esta Câmara Municipal quer sempre o melhor para os Maiatos e assim sendo substitui-se inúmeras vezes ao Governo e compra terrenos que muitas vezes ficam mais caros que a construção dos equipamentos para se instalarem os Centros de Saúde e as suas extensões.

A Maia em alertado os sucessivos governos para a necessidade de médicos de família, que o SASU estando centralizado não é a melhor solução para a população.

Os novos centros de saúde de Gueifães, a extensão de saúde de Pedrouços na Rua de Angola, Extensão de Saúde de Vermoim e o

Terrenos e edifícios cedidos à ARS nos anos recentes:

≥ 2002

✓ 82
↑ 12h

Centro de Saúde do Castelo:

Cedência de terreno em direito de superfície: Valor do terreno: 450.000 €

Extensão de Saúde de Gueifães:

Cedência de terreno em direito de superfície: Valor do terreno: 320.000 €

Outros custos para a Câmara: Terrenos: 296.000 €

Construção da via de acesso: 360.000 €

Extensão de Saúde de Pedrouços (Rua de Angola):

Cedência de duas parcelas de terreno: Valor total: 347.000 €

Extensão de Saúde de Teibas: custo do edifício inteiramente suportado pela
Câmara: _____ aprox: 400.000€

A USF de Moreira está instalada em edifício propriedade da Junta de Freguesia, mediante um contrato de arrendamento;

O Centro de Saúde da Maia vai ser reinstalado em edifício municipal mediante um contrato de direito de superfície.

≈ 2 M€

Centro de Saúde da Maia – que foi aprovada ainda há pouco tempo nesta assembleia a disponibilização de um espaço municipal para este fim são obras que só acontecem porque esta Câmara investe e faz o trabalho que não é o seu para que os maiatos tenham melhor acesso aos cuidados de saúde.

O pelouro da Saúde tem realizado inúmeros rastreios de colesterol, tensão arterial, oftalmológicos – nas escolas, iniciativas de promoção da saúde e dos bons hábitos de saúde para que os maiatos tenham acesso à informação e assim se possam precaver na realização da sua actividade diária para que possam viver com qualidade e saúde.

Ninguém pode ainda questionar que os investimentos que esta Câmara faz nos apoios as colectividades e associações desportivas para que estas tenham os jovens a praticar desporto tem sido não só salutar como com excelentes resultados pois enquanto a maioria dos nossos jovens esta a praticar desporto promove a sua saúde e evita outros males como a toxicodependência e o alcoolismo.

A questão da gravidez na adolescência, a educação sexual e o planeamento familiar são áreas em que a ARS tem obrigatoriamente de investir.

Felizmente os casos de toxicodependência e alcoolismo são de menor incidência que nos concelhos vizinhos, no entanto o trabalho de acompanhamento e os serviços disponibilizados nos centros de saúde deverão ser incrementados.

O Complexo Municipal da Casa do Alto com o seu gabinete de apoio psicológico e pedagógico é apenas um meio que está ao serviço dos jovens para a ajuda na resposta aos seus problemas.

As conferencias que o pelouro da juventude também já realizou são formas de informar e de esclarecer os jovens quanto aos hábitos de vida e acima de tudo qual o projecto de vida que querem para si para que possam estudar, trabalhar e viver uma vida saudável.

Sr. Presidente e Srs. deputados

Concluo afirmando categoricamente que a Maia é um Concelho que também tem os seus problemas, mas que os instrumentos para os resolver ou atenuar claramente estão no terreno. Que esta Câmara

foi eleita para os resolver e que comparando com a realidade metropolitana e nacional, o Concelho da Maia está com parâmetros melhores. É um concelho atractivo, que proporciona qualidade de vida e que tem um potencial de crescimento e desenvolvimento devido às políticas que têm sido desenvolvidas ao longo dos anos.

Não é por acaso que os Maiatos depositam sucessivamente a sua confiança, de uma forma clara e inequívoca nesta Maioria e no seu Presidente de Câmara.

Este diagnóstico social é um instrumento de trabalho para a implementação da Rede Social onde a câmara será a alavanca de todo esta estrutura que envolverá também e de uma forma vital toda a sociedade civil.

É desta forma que se colocam as pessoas em primeiro lugar.

É também por isto que é bom viver na Maia.

Disse

Paulo Soares Francisco Fontes

Sobre o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho da Maia

Exmo. Sr. Presidente da Mesa e Srs. Secretários

Exmo. Sr. ~~Presidente do Executivo~~ e Srs. Vereadores

Srs. Deputados, Estimado Público e Comunicação Social

Relativamente ao Plano de Desenvolvimento Social do Concelho da Maia, entendemos que se trata de um documento bem intencionado, sobriamente elaborado e que, globalmente, consegue fazer um retrato fiel da situação social do município, bem como enumerar um conjunto de medidas importantes no sentido de atenuar várias feridas sociais da Maia que, com o evoluir do tempo, se tornaram demasiado gritantes para que se pudessem cobrir. Este plano é um passo importante no sentido da evolução social ascendente que desejamos para a população deste concelho.

É importante lembrar o seguinte. Os sintomas sociais evidenciados são fruto de um processo de empobrecimento que se vem verificando nos últimos anos. Sendo um fenómeno nacional, é na região onde nos encontramos que as diferenças têm sido mais óbvias. Este fenómeno, sendo multi - causal, tem no desemprego e na precariedade laboral duas das suas principais fontes. A forma como este problema é abordado pelo Plano carece de uma visão mais global sob pena de, mesmo vendo-se num futuro mais ou menos próximo, o cumprimento dos objectivos enunciados, não se veja o problema resolvido.

Os objectivos veiculados no Eixo I não apontam uma única vez no sentido do combate ao desemprego, que não seja no âmbito da acção directa junto da população estudante e da população activa, como se aí residisse o único problema. Não queremos com isto dar a entender desacordo com a importância do aumento da escolarização das populações, com a redução do abandono escolar ou com a promoção da formação contínua como mais valia para o mundo do trabalho. O problema, senhores Deputados, é que esse mundo do trabalho é constituído por dois pólos: os empregados e os

empregadores. A verdade é que, na análise da realidade social do município, elaborada para a realização deste Plano, a “insuficiente oferta de emprego”, assim como a “indisponibilidade financeira das empresas” são condicionantes bem identificadas para a actual situação do desemprego.

Este é um problema estrutural que se resolve com políticas de teor económico que privilegiem o investimento no sector produtivo gerando assim postos de trabalho – ainda a melhor maneira de combater o desemprego. Não basta dizer que “em parte a pobreza assenta as suas raízes no domínio da actividade económica”, como se faz neste documento, é necessário agir em conformidade.

O que aqui não se diz é que a Maia encetou o caminho da progressiva tercearização, verificando-se o fenómeno do progressivo desaparecimento do sector primário da economia, e do enfraquecimento do secundário. Longe de ser um fenómeno naturalista, esta situação é fruto de opções políticas tomadas, quer ao nível do poder central, quer ao nível do poder local. Seria muito importante, neste momento, podermos ouvir o que pensa fazer o Executivo Camarário no sentido de promover a localização de empresas que criem postos de trabalho no município, da criação de micro e pequenas empresas e o desenvolvimento de estratégias integradas de sustentação e, porque não, até ao nível dos direitos dos trabalhadores que integram as Empresas Municipais. Enfim, saber o que uma das entidades promotoras do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho da Maia pretende fazer, naquilo que é da sua responsabilidade directa, no sentido de criar as melhores condições possíveis para que este Plano não se fique pelo papel. De forma a que, quando os objectivos específicos propostos forem atingidos, tenhamos contribuído para que todas essas pessoas tenham ficado melhor preparadas para o mundo do trabalho e não para a interminável fila do Instituto de Emprego.

Um outro aspecto que gostaríamos de referenciar aqui, prende-se com a importância atribuída à participação de todos os parceiros sociais, questionamos se não faria sentido, a partir do cruzamento de todos os dados de caracterização social da Maia conhecidos, desde a informação recolhida no Diagnóstico Social do Município aos dados de fontes relevantes, como o Instituto Nacional de Estatística ou o Observatório

Social, investir na criação de novas respostas sociais, apostando na capacidade de organização e no reconhecimento social do movimento associativo da Maia, bem como em organizações de acção social, com créditos reconhecidos noutros pontos do país. Intervindo localmente, como é apanágio do Plano que aqui discutimos, poderíamos não só minimizar as reticências apresentadas pelas instituições, claramente apontadas neste documento como uma das principais dificuldades para a implementação do Eixo 3, como também maximizar a capacidade de intervenção social deste município, nomeadamente ao nível da prevenção primária. Convidando novas pessoas, com experiências diversas neste campo, geraria diferentes sinergias das quais sairia mais rico este Concelho e os seus habitantes.

P. A Bancada da CDU na AM da Maia

28 de Março de 2207

Adílio Cruz